

Acção Socialista



N.º 1335 21 Setembro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

SÓCRATES É FIXE



No próximo dia 27 realizam-se eleições legislativas num momento crucial para Portugal e para o Mundo. Hoje, como sempre, o PS apresenta-se aos portugueses como a força política com um projecto de futuro

capaz de conciliar justiça social com desenvolvimento económico. Tudo sobre as principais iniciativas de campanha eleitoral do PS nas páginas 2 a 7.

Foto: Ricardo Oliveira

JUNTOS CONSEGUIMOS

DIA 27 VOTA PS



PS AVANÇAR PORTUGAL

OPINIÃO

LUÍS PITA AMEIXA
 Deputado na AR

As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia têm também o dever de colocar ao dispor das candidaturas espaços especiais, destinados à afixação de propaganda, para visualização do público, distribuindo-os de forma igualitária por todos os concorrentes

AUTÁRQUICAS 2009 A GUERRA DOS CARTAZES

NA VERDADE a profusão da afixação de mensagens de propaganda política e eleitoral, pelas praças e ruas do nosso País, parece poder apelar-se, em sentido figurado, como já foi chamada, uma 'guerra de cartazes'.

Mas, até mesmo nas guerras verdadeiras há regras a cumprir, quanto mais nas disputas cívicas e democráticas!

Em primeiro lugar, devemos guiar-nos um princípio base, que é o da livre afixação. O direito de afixar meios de propaganda é livre, na medida em que não carece de autorização nem de sequer de comunicação a nenhuma autoridade.

Porém, não é admitida a afixação ou inscrições murais, em monumentos, em igrejas, em edifícios onde funcionam sedes dos órgãos do Estado, das regiões e das autarquias, ou no interior das repartições públicas, bem como em sinais de trânsito rodoviário ou ferroviário.

A afixação em edifícios carece de consentimento dos donos dos mesmos e, não sendo respeitada, eles têm o livre direito de remover, destruir, rasgar, apagar ou inutilizar essa propaganda.

Eventuais custos de remoção de propaganda indevidamente afixada podem ser repercutidos a cargo de quem a afixou.

Já, simetricamente, os danos provocados em propaganda, regularmente afixada, são sancionados pela lei.

Assim, quem roubar, destruir, rasgar, desfigurar, ou colar por cima outro material, incorre em penas de multa e de prisão até um ano.

Nos casos em que ocorra afixação ilegal (por exemplo, num monumento) as Câmaras Municipais não podem proceder à remoção do material de propaganda sem antes notificarem a entidade que a afixou, fundamentando legalmente a causa de remoção, e dando prévia possibilidade de ela ser feita pelos próprios. Os quais podem ainda contestar as razões invocadas.

As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia têm também o dever de colocar ao dispor das candidaturas espaços especiais, destinados à afixação de propaganda, para visualização do público, distribuindo-os de forma igualitária por todos os concorrentes.

Estes espaços devem ser entendidos como adicionais ao esforço geral de propaganda e, portanto, não implicam qualquer limitação à afixação em outros sítios.

A lei, hoje em dia, integrou também preocupações ambientais e impõe às candidaturas a proibição de usarem, na propaganda afixada, materiais que não sejam biodegradáveis.

Um meio também muito usado, na propaganda eleitoral, é a difusão de impressos ou cartas postais remetidas para as residências dos eleitores.

A lei protege também essa prática na medida em que estabelece, expressamente, que o empregado dos correios que desencaminhar, reter ou não entregar ao destinatário circular, cartazes ou outro meio de propaganda, é punido com penas de multa e prisão de seis meses a três anos.

Assinale-se, por outro lado, que é proibida a propaganda eleitoral anónima.

Todos os cartazes ou outros suportes análogos têm, obrigatoriamente, de estar identificados, contendo a denominação, sigla ou símbolo da força política concorrente, e caso não o façam, não só não gozam da protecção ao material de propaganda acima referida, podendo ser retirados, como ainda, quem os afixou, incorre em sanção prevista na lei.

Finalmente, recorde-se que a propaganda eleitoral é proibida nos locais onde funcionam as mesas de voto e numa área, circundante às mesmas, de 50 metros.

Assim, é vedado às candidaturas fazerem afixação de propaganda nos edifícios onde sabem que vão funcionar as secções de voto, como expressamente refere a lei e, naturalmente, por extensão, se devem abster de afixar nos 50 metros envolventes.

INICIATIVA

O Governo nunca cedeu a interesses particulares ou corporativos

NO ARRANQUE da campanha eleitoral, o secretário-geral do PS afirmou, durante um jantar realizado na sala Tejo, da FIL, em Lisboa, completamente esgotada, que o melhor deste Governo "foi nunca ter cedido a interesses particulares ou corporativos", defendendo antes, "o interesse geral".

Depois de passar em revista as muitas reformas empreendidas nestes quatro anos, referiu-se em tom crítico ao "negativismo da direita e ao aventureirismo extremista" de uma certa esquerda.

O líder socialista dedicou parte substancial da sua intervenção à abertura do ano escolar e às reformas empreendidas pelo seu Governo no sector da educação, tendo prevenido que é na escola que melhor se consubstancia a premissa democrática de uma maior "igualdade de oportunidades para todos".

Recusando um sistema que alimente o sector privado, defendeu antes uma "escola pública forte".

Sócrates criticou algumas pro-

postas avançadas pelos partidos situados à esquerda dos socialistas, classificando-as de "fanatismo ideológico".

Desde logo manifestou-se contra o argumento avançado pelo BE em favor da nacionalização da banca, dos seguros e da energia, ou com a sua intenção em acabar com os benefícios fiscais dos planos de poupança-reforma e com as deduções na saúde e na educação.

Na perspectiva do líder socialista, estas são propostas radicais, "pouco razoáveis e politicamente irresponsáveis".

Em contrapartida, defendeu que em tempos difíceis como aqueles que o mundo atravessa, deve exigir-se a um Governo responsável "exactamente o contrário", nomeadamente que seja capaz de dispensar quaisquer atitudes ou iniciativas carregadas de "pessimismo ou de negativismo".

O que o país e os portugueses impõem ao Governo é que tenha uma agenda com propostas "realistas, razoáveis e políticas responsáveis".

Antes tinha falado Jaime Gama, presidente da Assembleia da República e cabeça-de-lista do PS por Lisboa, que centrou a sua intervenção na defesa das reformas que o Governo realizou, designadamente, na área da educação.

Gama lembrou "as muitas resistências" que o Executivo liderado por José Sócrates teve que enfrentar para poder implementar um conjunto de reformas essenciais na educação, iniciativas que se não tivessem avançado, teriam colocado o país, como defendeu, numa situação de grande desvantagem em relação aos seus parceiros da União Europeia.

Na mesa de honra a lado de José Sócrates, para além de dirigentes nacionais e do secretário-geral da JS, Duarte Cordeiro, sentaram-se os presidentes das câmaras municipais eleitos pelo PS no distrito de Lisboa, Maria da Luz Rosinha, Vila Franca de Xira, Susana Amador, Odivelas, António Costa, Lisboa, Carlos Teixeira, Loures e Joaquim Raposo, Amadora. **R.S.A.**



PS condena campanha de incidentes

A DIRECÇÃO do PS "toma nota" da decisão de afastamento de Fernando Lima do cargo de assessor de Imprensa do Presidente da República, demonstrando-se "ser falsas as alegações da liderança do PSD segundo as quais existiria condicionamento dos órgãos de

Comunicação Social".

Em conferência de Imprensa, na sede nacional, à hora do fecho desta edição, o dirigente nacional do PS, Augusto Santos Silva, condenou a "campanha de aproveitamento de incidentes" levada a cabo pelo PSD, que revela "o

vazio de ideias" do partido de Ferreira Leite,

Augusto Santos Silva reiterou que "o PS está nesta campanha apenas interessado em divulgar as suas propostas para combater a crise e o programa de modernização da economia portuguesa".

Socialistas mobilizados



Na recta final da campanha para as legislativas de 2009, os socialistas, mobilizados como nunca, mostram a sua força, dão a cara pela sua obra no Governo e evidenciam a unidade reforçada por diferentes pontos de vista e por uma história que está no ADN da democracia portuguesa.

Ao longo destes dias de intensa campanha, José Sócrates tem reiterado as principais apostas programáticas do PS para a próxima legislatura: mais Estado Social e investimento público como meio de melhor combater a crise.



NO MAIOR comício da campanha que reuniu mais de dez mil apoiantes na Praça D. João I, no Porto, o secretário-geral do PS sublinhou a “profunda unidade do partido”, o orgulho no trabalho realizado pelo Executivo socialista e a confiança na vitória.

“Todas as gerações do PS estão empenhadas neste combate, o PS que está aqui é o PS de Ferro Rodrigues, António Guterres, Jorge Sampaio, Vítor Constâncio e Mário Soares, que está aqui ao meu lado”, vincou Sócrates.

Por sua vez, Mário Soares, numa autêntica e verdadeira passagem de testemunho, pôs a multidão a gritar “Sócrates é fixe!”, antecipando o clima de vitória que também o levara a Belém em 1986.

Num discurso, onde salientou as qualidades governativas e pessoais de José Sócrates, Mário Soares considerou crucial que o PS alcance uma “maioria muito confortável” para poder governar o país.

“José Sócrates é o homem do momento para o futuro”, assegurou.

Referindo-se à líder do principal partido da oposição, o histórico socialista falou de “desgraça”, de “fanatismo” e de “irresponsabilidade”, especialmente por se tratar de “uma economista que confunde a crise de 2003 [nacional] coma crise actual [mundial]”.

E de seguida contrapôs que “o nosso secretário-geral aprendeu muito com esta crise”, salientando ainda que “ninguém como ele, nenhum político desde o 25 de Abril, foi tão injuriado”.

Depois, afirmou não ver no horizonte político nacional, “ninguém que em competência, rigor e amor a Portugal e aos mais pobres, se compare com José Sócrates”.

O cabeça-de-lista pelo Porto, Alberto

Martins, demarcou bem as fronteiras entre os dois principais projectos em disputa.

“A alternativa de Governo é entre o PS e a direita, entre o Estado Social e melhores serviços públicos para todos ou rasgar e romper com as políticas sociais e as novas fronteiras da igualdade que queremos criar”, frisou, lembrando de seguida que o PSD é um partido conservador, neoliberal e situacionista.

Antes, Teixeira dos Santos criticou a “esquerda comunista e radical” que “oferece nacionalizações que isolam Portugal no mundo e põem fim ao financiamento da economia”.

Unidade na diversidade

Um dia antes, durante o comício em Coimbra, José Sócrates agradeceu a Manuel Alegre o “sinal claro da unidade do PS” que deu com a sua presença na campanha socialista

“Este grande comício do PS também simboliza a forma como o PS está nesta campanha. O PS está aqui em profunda unidade. Está todo o PS envolvido nesta campanha eleitoral”, disse Sócrates no início da sua intervenção.

O líder do PS reafirmou da então, mais uma vez, unidade socialista ao defender que, no PS, “nunca ninguém ficou fora dos combates nem foi excluído por razões de divergência política”, pois o PS “é um partido que preza a sua unidade e a constrói na diversidade de pontos de vista”.

“E é por isso que quero neste momento agradecer ao Manuel Alegre a sua presença, porque dá aqui um sinal claro da unidade do PS nesta batalha política pela vitória no próximo dia 27”, referiu.

José Sócrates sublinhou que “toda a his-

tória do PS está envolvida neste combate” e disse ter “imenso orgulho de ser o secretário-geral de um partido que assume com orgulho toda a sua história”.

Antes, Manuel Alegre manifestara a sua “emoção” por estar em Coimbra, onde estão as suas raízes culturais, políticas e afectivas.

“Estou aqui para afirmar a unidade do PS no essencial. E o essencial é derrotar o PSD. É impedir que venha um Governo de direita que rasgue as políticas sociais e instaure um Estado mínimo para os pobres e um Estado máximo para os poderosos”, afirmou categórico, frisando que “mais importante do que as diferenças de opinião é o que nos une na defesa dos direitos sociais consagrados na Constituição”.

No discurso centrado também na defesa do Serviço Nacional de Saúde, saudou a presença da actual ministra da tutela, Ana Jorge, e disse que com ela essa conquista da esquerda não corre perigo.

Num concorrido comício na cidade de Braga, José Sócrates garantiu, no fim do dia 18, que “no PS todos têm o seu espaço em função do seu mérito”.

“António José Seguro é um dos quadros políticos mais destacados do PS e é por isso que ele está com cabeça-de-lista por Braga, porque tem mérito” afirmou Sócrates, que rematou com um “Força Tozé”.

Referindo-se ao seu dia de campanha pela região minhota, o líder socialista disse que o que viu “nos olhos das pessoas foi entusiasmo, força e vontade de levar o país para a frente”, brindando os apoiantes presentes no pavilhão do ABC com um novo lema: “quem conta com Braga encontra sempre mais do que a conta”.

Antes, António José Seguro agradecera a José Sócrates por acreditar que “a opinião é um

valor em política, que a divergência soma”.

Dirigindo-se ao secretário-geral do PS, Seguro sublinhou as diferenças entre ele próprio, Sócrates, e a presidente do PSD.

“Há muitas diferenças entre ti e a nossa principal adversária, mas há essa atitude, que também faz a diferença, sobre como se quer governar Portugal”, disse, acrescentando que “quem exclui, quem é sectário, quem não sabe conviver com a divergência e com opiniões diferentes, excluindo militantes capazes no PSD [tendência de Pedro Passos Coelho], se algum dia chegasse ao poder não sei o que faria em Portugal e o que faria a quem tem uma opinião diferente”.

Por seu turno, o secretário-geral da Juventude Socialista, Duarte Cordeiro, acusou o Bloco de Esquerda de “insinuar” o regresso do Serviço Militar Obrigatório e disse que uma vitória de Manuela Ferreira Leite seria o mesmo que acordar dia 28 no século XX.

Mas, a primeira intervenção da noite coube ao presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, que referiu ter almoçado recentemente com o presidente de uma empresa de obras públicas, militante do PSD, que lhe revelou que iria votar pela primeira vez no PS.

Mesquita Machado afirmou depois que a oposição anda a “vender bacalhau a pataco”, frisando que se Manuela Ferreira Leite chegasse a primeira-ministra “seria uma desgraça”.

E apontou que as mais recentes sondagens já traduzem “as vitórias de José Sócrates nos debates”.

Confiança vs descrença

Horas antes, numa arruada em Guimarães, José Sócrates evidenciou as diferenças



cruciais existentes entre os portugueses que confiam no país e os que descrêem, dizendo que é este dualismo que está em questão nas eleições legislativas.

“Estamos num momento decisivo, num momento de uma escolha fundamental entre a confiança e a descrença, a energia e a vontade ou o pessimismo e o negativismo”, disse, vincando que o povo vimaranense é “um povo com energia”.

“Estou aqui para vos dizer que comigo e com o PS Portugal vai avançar”, afirmou, sendo secundado nesta ideia pelo presidente da Câmara, camarada António Magalhães, que na sua intervenção defendeu que só com Sócrates “poderão surgir respostas inovadoras”.

“Precisamos de continuar a ter como primeiro-ministro alguém que tenha boas relações com os outros países da União Europeia”, declarou.

Depois de um expressivo apoio popular em Guimarães, a experiência repetiu-se em Vizela, de onde Sócrates assegurou sair “mais forte” para levar o PS à vitória no dia 27 de Setembro.

Em Vila Nova de Famalicão o secretário-geral socialista voltou a apelar a uma campanha eleitoral “com elevação” e sem ataques pessoais.

Num almoço com apoiantes no “arranque” da sua campanha pelo Norte do país, José Sócrates insistiu na ideia da “atitude positiva” do PS, de quem quer fazer uma campanha pela positiva”, e, no final de uma intervenção dominada pelo que classificou de “agenda de modernidade” e pela apresentação das suas propostas, dirigiu-se aos presentes para dizer que é esse o dever dos partidos e líderes políticos: apresentar ideias.

Na sua intervenção, Sócrates reiterou a

defesa do investimento público em infra-estruturas, juntando a chanceler alemã, Angela Merkel, à lista de exemplos que já antes avançara de grandes líderes políticos que o estão a fazer – Barack Obama, Nicolas Sarkozy e Rodriguez Zapatero.

Ouviu ainda o candidato socialista António Braga, secretário de Estado das Comunidades, expressar o desejo de que, em 2012, Sócrates esteja presente, “como primeiro-ministro”, na inauguração da ligação do comboio de alta velocidade (TGV) na região de Braga.

No fim, Sócrates observou: “Como vêem, foi muito simples fazer um discurso sem dizer mal de ninguém, dizendo apenas aquilo que propomos para o país – e é isto que os partidos devem fazer –, mas para não dizer mal dos outros e apresentar as nossas ideias há uma condição: é preciso ter ideias, claro está”.

Investimentos que transformam

Também em campanha pelo Norte do país, a candidata do PS pelo círculo do Porto às eleições legislativas, Ana Paula Vitorino, considerou que o investimento do Governo no Porto de Leixões transformou a estrutura numa “referência nacional”.

“O Porto de Leixões é, claramente, o exemplo daquilo que um Governo socialista pode fazer, com o investimento nas acessibilidades, na plataforma logística e no terminal de cruzeiros”, destacou Ana Paula Vitorino, que integrava a comitiva de candidatos socialistas que, na manhã do dia 17, visitou o Porto de Leixões.

A candidata explicou que a visita serviu para “assinalar uma referência para o país,

para a região Norte e para o distrito do Porto” e, também, para “planear o que possa vir a ser feito no futuro”.

No mesmo dia, durante o debate promovido pela Associação Comercial do Porto, no Palácio da Bolsa, Alberto Martins recusou uma gestão autónoma do Aeroporto Sá Carneiro e sublinhou o compromisso do seu partido de manter a empresa Aeroportos e Navegação Aérea sob gestão pública.

“O nosso compromisso é muito claro: há uma recusa da gestão independente dos aeroportos”, disse o cabeça-de-lista socialista pelo círculo do Porto, que sublinhou o interesse do PS em garantir a participação de representantes das regiões nas opções estratégicas de cada um dos aeroportos.

No dia anterior, no grande comício de Setúbal, o secretário-geral do PS garantiu que os socialistas apoiam as famílias necessitadas sem perguntar se são casadas, porque rejeita que as famílias sejam “perseguidas ou marginalizadas pelo Estado” em função do seu tipo.

“Nós perguntamos às famílias: Têm filhos a cargo? Nós ajudamos. Têm idosos a cargo? Nós ajudamos. Têm baixos rendimentos? Nós ajudamos. Mas não perguntamos às famílias onde é que está o papel e que tipo de papel têm. Nós não queremos saber se essa família é união de facto, ou é casada pela igreja ou casada civilmente”, afirmou, arrancando a maior ovação no comício.

Acusado recentemente pela líder do PSD de destruir “pilares da sociedade” como a família e o casamento, José Sócrates lembrou as medidas sociais de apoio às famílias tomadas pelo seu governo nos últimos quatro anos, afirmando que não aceita é que aqueles que escolhem outro tipo de família “sejam perseguidos ou marginalizados pelo Estado”.

Estado Social sempre

O Estado Social voltou a ser uma das bandeiras agitadas, com o secretário-geral do PS a ser acompanhado na tónica pelo cabeça-de-lista por Setúbal.

Vieira da Silva, que condenou o “Estado piqueno” do PSD, criticando também o “Estado total” do Bloco de Esquerda.

“Ao Estado mínimo de Manuela Ferreira Leite a alternativa não é e não pode ser, nem nunca será, o Estado total do dr. Louça”, afirmou, acusando depois os bloquistas de estarem agora a fazer “uma recuperação de linguagem, um exercício de equilíbrio eleitoral”.

“Já não se fala [no Bloco de Esquerda] de nacionalizações mas de desprivatizações. Só que essas palavras querem dizer a mesma coisa. E que melhor região do que a de Setúbal para saber a história das nacionalizações em Portugal – essa é a imagem de marca do Bloco de Esquerda”, considerou.

O líder do PS/Setúbal, Vítor Ramalho, acusou a líder social-democrata de ter “défice de alma”, enquanto o líder da Tendência Sindical Socialista da CGTP-IN, Carlos Trindade afirmou que a política de Manuela Ferreira Leite faz lembrar Oliveira Salazar.

Carlos Trindade sustentou ainda que é “preciso ser cego para se dizer que governos PS ou PSD são a mesma coisa”.

“A senhora Manuela Ferreira Leite quer parar o investimento público, particularmente o comboio de alta velocidade. Assim não haverá combate ao desemprego, assim andaremos para trás, assim faz-nos lembrar Salazar”, disse.

E acrescentou que, quando Portugal chegou ao 25 de Abril de 1974, “tinha das maiores reservas de outro, mas era um país atrasado”.



Já o presidente da Federação de Setúbal do PS acusou o PSD de “irresponsabilidade”, ao sustentar que o país é apenas afectado por “uma crisezinha” internacional.

“Quando Manuela Ferreira Leite nos fala nos custos das infra-estruturas modernizadoras, digo que o custo mais profundo seria ela ser eleita”, rematou.

Ainda no dia 16, o líder do PS fez questão de sublinhar que quem pensou que os socialistas perderiam fôlego na campanha das legislativas “enganou-se”.

“Estamos a crescer não apenas com os debates, mas também neste início de campanha eleitoral”, contrapôs Sócrates a meio de uma acção de rua no Barreiro, que juntou largas centenas de apoiantes.

Ladeado por Vieira da Silva, cabeça-de-lista do PS em Setúbal, Pedro Marques e Eduardo Cabrita (também candidatos por este círculo eleitoral), o secretário-geral fez “um balanço muito positivo desta campanha”.

Na Costa de Caparica Sócrates aceitou o repto de fazer o seu primeiro jogging na praia do povo, se no próximo dia 27 vencer de novo as eleições.

O desafio a José Sócrates partiu do candidato socialista a presidente da Câmara de Almada, Paulo Pedroso, que, entre outros assuntos, falou sobre a importância do trabalho de requalificação do paredão da Costa.

Mas a imagem da corrida serviu sobretudo a Sócrates para sublinhar a sua ideia de urgência ao nível dos projectos de desenvolvimento, desde a requalificação das cidades, passando pelo futuro aeroporto de Alcochete, a terceira travessia do Tejo, o comboio de alta velocidade, até à plataforma logística do Poceirão (concelho de Palmela).

Para José Sócrates, que falava para mais de 500 pessoas num almoço de campanha,

concretizar estes projectos de modernização das infra-estruturas “é o dever do Estado”.

Na ocasião, o camarada Paulo Pedroso e José Sócrates referiram-se ambos com elogios ao programa Polis, com o secretário-geral do PS a recordar os seus tempos de ministro do Ambiente e as resistências com que se deparou para requalificar esta “praia do povo” por causa dos parques de campismo clandestinos ali construídos a partir da década de 70.

Mais tarde defendeu que a 27 de Setembro o distrito de Setúbal deve “dizer sim ou não” aos investimentos públicos, garantindo que, com os socialistas, as grandes obras avançarão.

“Se há distrito que tem que fazer uma opção acerca de qual é o papel do Estado na economia, acerca do momento em que vivemos e acerca da prioridade ou não prioridade ao investimento público, esse distrito é o distrito de Setúbal”, disse, acrescentando que este será “porventura o distrito que há mais tempo espera que o Estado cumpra o seu dever”.

Mas, concluiu: “O PS está aqui para dizer ao distrito de Setúbal que vai ter os investimentos a que tem direito”.

Dever dos políticos é apresentarem as suas ideias

No comício realizado ao ar livre em Leiria, José Sócrates voltou a referir que é possível fazer uma acção de campanha sem atacar ninguém, mostrando o contraponto entre as ideias positivas dos socialistas e os que se limitam aos ataques pessoais. “Como vêm todos, é possível fazer um comício sem dizer mal de ninguém. E nós gostaríamos que os outros pudessem fazer o mesmo”.

“Esta campanha tem a atitude da confian-

ça em nós próprios, nos portugueses e no país, não vivendo do negativismo nem da exploração do pessimismo”, disse, sublinhando que “esta campanha do PS está aqui para apresentar as suas propostas, as suas ideias e está na rua para mobilizar os portugueses”.

Para o secretário-geral do PS, “num momento de campanha eleitoral, o dever de todos os líderes políticos é apresentarem as suas ideias, dizendo aos portugueses qual o rumo que propõem. Bem sei que a crítica faz parte da política, mas já vem sendo altura que muitos partidos digam o que querem para o país e não passem a vida a explicar apenas aquilo que não querem, ou o que vêm de mal nos outros”, acrescentou.

Por sua vez, o cabeça-de-lista por Leiria, Luís Amado, acusou Ferreira Leite de “preconceito nacionalista serôdio”, defendendo que Espanha “é pedra angular da nossa integração” e que “quem não compreende isso não pode ser primeira-ministra de Portugal”.

Segundo Luís Amado, “Portugal só pode ser um país plenamente inserido na Europa quando a Espanha o for, e a Península Ibérica for um espaço de integração económica e política”.

Antes do comício, a caravana socialista participou numa arruada no centro histórico de Santarém, onde foi calorosamente saudada pela população. Sócrates recebeu nessa altura o apoio do ex-líder do PRD, Hermínio Martinho e fez uma breve intervenção onde afirmou que a mobilização em torno das acções de campanha do PS permitiu-lhe já ter uma ideia de “vitória”, apelidando os seus adversários nesta corrida eleitoral de “pessimistas”.

“A vossa presença, a energia que vejo nos vossos olhos e a determinação com que estão

a fazer campanha fazem-me levar daqui uma ideia: a ideia de vitória”.

Neste dia de campanha, o líder do PS discursou ainda, numa almoço em Torres Novas, com cerca de 700 empresários, onde enalteceu as virtualidades do investimento público para auxiliar as empresas a vencer a crise e gerar emprego.

José Sócrates apontou os exemplos de Barack Obama, Nicolas Sarkozy e Zapatero para prosseguir a defesa do investimento público, nomeadamente na alta velocidade, uma das prioridades da agenda económica do PS para a próxima legislatura.

E voltou a criticar a posição de Ferreira Leite de suspender o TGV, ao rejeitar o que classificou de regresso ao tempo do “orgulhosamente sós”, pois “Portugal não pode querer ser um país isolado, Portugal não pode aceitar ser um país periférico”.

Na sua alocução, o cabeça-de-lista do PS por Santarém, Jorge Lacão, pediu aos empresários a “renovação de um pacto de confiança” no distrito.

Lacão sublinhou ainda que, à excepção do PS, todos os outros partidos com assento parlamentar “decapitaram os candidatos cabeça-de-lista” que apresentaram no círculo eleitoral de Santarém nas últimas legislativas, numa alusão ao afastamento de Miguel Relvas, no PSD, e de Luísa Mesquita, no PCP.

A caravana socialista iniciara o dia com uma visita ao Centro Social do Pego, concelho de Abrantes, onde Sócrates afirmou que, se voltar a ser Governo, manterá os níveis de investimentos em equipamentos sociais, dando prioridade à construção de uma rede pública de creches.

“Nestes quatro anos e meio, corrigimos um erro do anterior Governo, quando foram suspensos os investimentos em equipamen-



tos sociais. Nunca se fizeram tantos investimentos em equipamentos sociais como agora”, sublinhou

Já no dia 14, à noite, num comício realizado na Escola de Hotelaria e Turismo de Faro, o secretário-geral do PS, José Sócrates, acusou a presidente do PSD de ter retirado do programa do seu partido a introdução de portagens nas auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT) “por puro oportunismo”.

Sócrates referiu que “ao longo de quatro anos e meio ouvi os nossos adversários políticos e a doutora Ferreira Leite acusar-me de não colocar portagens nas SCUT, incluindo na Via do Infante. Mas eu opus-me, porque não havia alternativa”.

Agora, segundo o líder do PS, “estranhamente, quando estamos em eleições, vamos ver o programa do PSD e não está lá a colocação de portagens nas SCUT, por puro oportunismo político”.

José Sócrates incitou ainda a líder laranja a apresentar ideias e propostas para resolver os problemas do país. “O que eu tenho para dizer à dra. Manuela Ferreira Leite é que é chegado o momento, ao fim de tantos anos, de dizer alguma coisa de positivo ao país, dar alguma ideia de como pretende resolver os problemas, apresentar uma proposta. Por favor diga alguma coisa aos portugueses sobre ideias e propostas”, disse.

Antes, o cabeça-de-lista do PS pelo círculo de Faro, João Soares, desferiu um forte ataque à incoerência de Ferreira Leite na sua cruzada contra o TGV, salientando que a líder do PSD não tem qualquer tipo de autoridade para denunciar supostas submissões do Governo de Sócrates aos interesses espanhóis.

E recordou, a propósito, que Ferreira Leite integrou a administração de um banco

espanhol, o Santander, depois de ter sido ministra das Finanças. “Não aceitamos lições de moral e de patriotismo bacoco de alguém que, dois anos depois de ter sido ministra das Finanças, foi trabalhar ao serviço de um banco espanhol”, disse.

Nesse mesmo dia, ao final da tarde, Sócrates visitou na capital algarvia duas instituições de apoio à infância, o Refúgio Aboim Ascensão e a Casa dos Rapazes, tendo elogiado o papel insubstituível destas entidades no apoio aos mais desfavorecidos e reiterado a necessidade de fazer parcerias com as estruturas existentes no terreno.

Mas esta jornada de campanha teve ainda como ponto alto um almoço-convívio em Beja com militantes e simpatizantes socialistas, onde Sócrates acusou a líder do PSD de ter uma visão “retrógrada” e “isolacionista” no que respeita à sua posição contrária ao TGV, em nome de uma pretensa “independência económica” de Portugal, considerando o secretário-geral do PS que tal postura “só significa isolamento económico, que apenas significa pobreza, atraso e subdesenvolvimento”.

Para Sócrates, “a acusação de falta de patriotismo” feita por Ferreira Leite, “é algo que não estávamos habituados há mais de 30 anos. Só no antigo regime”. A líder do PSD, acrescentou, tem “uma visão retrógrada e passadista e é preciso recordar-lhe que nós estamos na Europa, estamos em integração económica e já construímos o mercado único. E isso é bom para todos os países europeus”.

“Ataque antidemocrático” de Ferreira Leite sobre TGV

Um “ataque baixo” e “antidemocrático” foi

como secretário-geral do PS, José Sócrates, classificou, no dia 13, em Évora, os argumentos usados pela líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, no debate televisivo realizado na véspera, na SIC, ao sugerir que os socialistas defendem o TGV para fazer “um jeito aos espanhóis”.

“Manuela Ferreira Leite usou um argumento mais extraordinário: é que estamos empenhados na construção da alta velocidade para fazer o jeito aos espanhóis, a soldo de Espanha”, disse, considerando que “isto significa um ataque baixo, um ataque antidemocrático, um ataque que é um ataque do passado, não é um ataque dos dias de hoje. A nossa democracia não merece ouvir isto”.

No comício realizado à noite na escola secundária Severim Faria, Sócrates acrescentou que no PS “só há patriotas”, pelo que os comentários da líder do PSD ofendem “a história e o currículo e o esforço de todos os socialistas, que dão o seu melhor pelo seu país”.

Antes do TGV, José Sócrates centrara o seu discurso na aposta na do Governo ao longo da legislatura na ciência e conhecimento, um tema de particular acuidade no círculo eleitoral onde o PS apresenta como cabeça-de-lista Carlos Zorrinho, o coordenador do Plano Tecnológico.

O líder do PS lembrou o recente relatório da OCDE que coloca Portugal no terceiro lugar entre os países que mais cresceram na ciência, colocando-o “muito próximo da média europeia”, sublinhando que “nunca houve tantos jovens no ensino superior” e que um por cento da riqueza nacional já é aplicada na ciência”.

O cabeça-de-lista do PS em Évora, Carlos Zorrinho, avisou Ferreira Leite que os socia-

listas alentejanos não se calarão em defesa do comboio de alta velocidade, porque, frisou, “lutamos por aquilo que acreditamos que é melhor para Portugal e para o Alentejo”.

Já o presidente da Câmara de Évora, José Ernesto Oliveira, acusou a líder laranja de defender “uma política de isolacionismo”, salientando que “só com Sócrates no Governo prosseguirá o TGV, projecto importante para Portugal e para Évora”.

Nessa tarde, num comício em Portalegre, José Sócrates defendeu a importância da manutenção e alargamento das políticas sociais, tal como consta do programa socialista, em particular do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que disse ser “um serviço público que dá maior expressão ao valor da igualdade”. É que, explicou, “todos pagamos segundo as nossas possibilidades e todos recebemos em função das nossas necessidades”.

Por sua vez, o secretário nacional do PS para as Autarquias e cabeça-de-lista por Portalegre, Miranda Calha, criticou a presidente do PSD por ter atacado “um conjunto de autarcas portuguesas e espanholas que se reuniram para sublinharem a importância do TGV”.

Para Miranda Calha, Manuela Ferreira Leite “é o exemplo e o paradigma do passado, que nós não queremos que volte a Portugal”.

Mas o primeiro dia de campanha por terras alentejanas começou com uma acção plena de simbolismo, um almoço de José Sócrates em casa do presidente da Junta de Freguesia de Mosteiros, no concelho de Arronches, para assinalar o facto de ter sido nesta localidade que há quatro anos o PS alcançou uma das vitórias mais expressivas, 72,9% dos votos, nas eleições legislativas que levaram o PS ao poder com maioria absoluta. M.R. / J.C.C.B.

PS/Porto defende a regionalização como alavanca para ultrapassar a crise

É COM um programa de ambição para o futuro do país que o PS se apresenta aos portugueses para a nova legislatura.

Foi com esta mensagem que Alberto Martins, cabeça-de-lista do PS pelo círculo eleitoral do Porto, e a quem coube a tarefa de apresentar os nomes dos restantes candidatos a deputados por este distrito, iniciou a apresentação do manifesto eleitoral socialista perante uma vasta plateia que encheu por completo a sala principal de um hotel da cidade Invicta.

Um mandato de legislatura que os deputados do PS por este distrito assumem como compromisso público que os vincula e, simultaneamente, lhes permite dar relevo às opções políticas regionais e sectoriais.

Para melhor enfrentar desafios que se colocam não apenas só no distrito, mas também à Região Norte, sustentam os socialistas que a regionalização será um instrumento apto a vencer a crise.

Para os candidatos do PS, o momento não é para parar, nem para desistir. Não é altura, dizem, para mergulhar o país “nas irresponsáveis aventuras do esquerdismo radical”, que se limita a protestar sem “contribuir para nenhuma solução”, nem tão pouco acolher as teses da direita conservadora, que apostam firmemente “no recuo do Estado Social e no desinvestimento nas políticas sociais”.

Do ponto de vista programático, o PS é o “único que avança com iniciativas sustentadas” tendo em vista, designadamente, a criação de condições para vencer a crise, ao mesmo tempo que aposta no lançamento das bases para uma recuperação económica sólida.

Um programa que visa prosseguir



a “modernização do país, reforçar as políticas sociais e o Estado Social”, ao mesmo tempo que promove o emprego, reforça a competitividade, reduz a dependência energética e o endividamento externo, valoriza as exportações e qualifica os serviços públicos reduzindo as desigualdades.

Só assim, defendem, será possível preparar o futuro e evitar que o país ande para trás ou “recue para a condição de Estado mínimo”.

País precisa de um poder regional forte

Quanto à regionalização, um dos pontos fortes deste manifesto, os candidatos a deputados pelo

Porto afirmam que o país está preparado para avançar para este processo que “constituirá uma marca da próxima legislatura”, um desafio que, defendem, “será uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento regional e para a coesão social”.

Alberto Martins disse mesmo que Portugal tem agora uma “oportunidade única” na próxima legislatura de revisão constitucional para institucionalizar a regionalização, implementando assim o mapa das cinco regiões, assunto, agora, “pacífico entre os portugueses”.

Mas avançar com a regionalização, significa, desde logo, e entre outras realidades, como é defendido no manifesto eleitoral do

PS/Porto, acelerar a despoluição do Rio Douro, criar as sinergias para uma visão integrada das novas infraestruturas ferroviárias, aeroportuárias, rodoviárias e marítimas, “complementadas pelas plataformas logísticas”, proporcionando assim à região e aos seus cidadãos, “opções fundamentais para o progresso e para a afirmação do país”.

Defendem, por isso, que um dos reptos que se coloca na próxima legislatura passa “pela instituição das cinco regiões”, recordando que o programa do Governo a este propósito prevê em concreto “a criação de verdadeiras regiões administrativas”, enquanto terceira categoria de autarquias locais, tal

como estabelece aliás a Constituição portuguesa, com “legitimidade democrática, escala, racionalidade territorial e capacidade efectiva de decisão e execução”.

Lembram ainda que a Região Norte “é um dos principais espaços de internacionalização e um dos motores de competitividade da economia portuguesa”, uma região que, acrescentam, representa cerca de 25% do PIB e 40% das exportações do país.

Razões mais do que suficientes, defendem, para que se olhe para este espaço territorial com um novo olhar prospectivo apostando numa “visão estratégica”, onde passe a ser contemplada, nomeadamente, uma maior internacionalização do comércio, tendo em vista uma trajectória de convergência a nível europeu, permitindo assim o aumento do rendimento e, por esta via, “a coesão económica e social do território”.

Na sessão de apresentação do manifesto eleitoral, a mandatária do PS pelo círculo eleitoral do Porto, Rosa Mota, alertou os candidatos socialistas para o que classificou de “espinhos” que poderão enfrentar nos próximos quatro anos, lembrando que à semelhança de 2005, apoia “vivamente a recandidatura de José Sócrates e a lista muito forte do PS/Porto”.

Lista que, recorde-se, inclui ainda nomes como o do actual ministro das Finanças e da Economia, Teixeira dos Santos, da secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, do líder do PS/Porto, Renato Sampaio, Rosário Carneiro, Isabel Oneto, entre outros. **R.S.A.**

Sindicalistas socialistas da CGTP-IN apelam ao voto no PS

NAS eleições legislativas de 27 de Setembro, “vamos votar PS pelos trabalhadores e trabalhadoras, por todos nós, por Portugal”, lê-se no manifesto afirma da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, onde também se sublinha que “neste combate político, vai decidir-se se Portugal vai ser governado pelo PS ou pela Direita”.

A Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, “assumindo uma convicta e firme defesa dos direitos laborais e sociais dos trabalhadores e outras camadas socioprofissionais desfavorecidas da nossa sociedade democrática”, considera que “para enfrentar as consequências da crise mundial provocada pelos últimos 25 anos de políticas neoliberais desreguladoras e promotoras de injustiças, desigualdades e discriminações e propor e efectivar as soluções progressistas para esses problemas; para continuarem os investimentos públicos que impulsionam o



desenvolvimento sustentado; para persistir a realização de políticas sociais que promovam a coesão social, a igualdade de oportunidades, a solidariedade colectiva e o bem-estar; para se promover a criação de emprego, defender o trabalho digno com direitos e salários justos e impulsionar o diálogo social e a negociação colectiva; e para que exista um sistema fiscal justo e equitativo, é fundamental votar no PS”.

No manifesto, a Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN reafirma ainda que “o PS é o único partido de esquerda que pode derrotar a direita e o seu projecto neoliberal e conservador”, e o único que pode desenvolver “uma governação de esquerda, progressista e responsável”, pois considera que “só o PS, à esquerda, tem condições para governar Portugal”. Por isso, “exorta os trabalhadores e trabalhadoras para que no dia 27 de Setembro votem no PS”. **J. C. C. B.**

Carlos César acusa Ferreira Leite de ser politicamente retrógrada

O CHEFE do Executivo açoriano acusou Ferreira Leite de liderar o “sector mais retrógrado” do PSD exprimindo a convicção de que votar neste partido “é voltar para trás no tempo”.

Carlos César falava numa sessão pública de apresentação dos candidatos do PS às eleições autárquicas de 11 de Outubro, iniciativa que decorreu no Teatro Faialense, na cidade da Horta.

O mais importante para o dirigente socialista açoriano e aquilo que em sua opinião vai estar em jogo nas próximas eleições para a Assembleia da República, “é evitar que o país volte para trás” deixando assim escapar “os avanços já conseguidos”.

É o caso, como frisou, das conquistas e avanços já conseguidos em matéria da Lei das Finanças Regionais, cenário que se inverteria caso Ferreira Leite e o PSD “voltassem de novo à liderança do Governo do país”.

Lembrou depois que nos últimos quatro anos a defesa dos Açores “sempre foi feita por José Sócrates e não pelo PSD” e muito menos, como sublinhou, pelo “sector deste partido mais reaccionário e centralista liderado por Ferreira Leite”.

Carlos César mostrou-se convicto de que a maioria dos açorianos votarão de forma maciça em José Sócrates “mesmo que um ou outro professor ou um ou outro agricultor possam estar pontualmente descontentes com este ou aquele



aspecto da política de educação ou agrícola”.

O líder do PS/Açores apelou depois aos açorianos residentes nos Estados Unidos da América, no Canadá, Brasil e noutros países para votarem PS nas próximas legislativas, contribuindo assim para

eleger o cabeça-de-lista do PS pelo círculo Fora da Europa, o também açoriano Renato Leal.

Quanto às eleições autárquicas, César voltou a acusar a direcção do PSD de incitar os seus autarcas a não cooperarem com o Governo regional.

Em Vila Franca do Campo, na apresentação dos candidatos do PS ao município, César voltou a acusar a líder do PSD de se “desdizer todos os dias sobre os Açores”, justificando o facto de Ferreira Leite não ter pernoitado na região porque “aqui a sua consciência não

a deixaria dormir”.

Para o líder regional socialista, de nada vale a Ferreira Leite dizer que é a favor dos Açores e da sua autonomia, quando a prática desmente em absoluto este propósito, lembrando que foi o seu partido e ela própria que levantaram os maiores obstáculos e dificuldades à aprovação do Estatuto Político-Administrativo da Região “depois de ter sido aprovado na Assembleia da República”.

Mas outros casos são ainda prova, para Carlos César, de que o PSD e Ferreira Leite pouco ou nada se têm interessado ou esforçado politicamente pelo bem estar das gentes dos Açores e pelos seus problemas.

“Pode a líder do PSD garantir no calor dos comícios que não nos quer prejudicar com dinheiro, mas foi isso mesmo que fez quando nos tirou o dinheiro que precisávamos na altura do sismo no Faial” lembrou a propósito o líder do PS/Açores.

É por isso que estas eleições para a Assembleia da República se revestem de uma importância acrescida, disse, porque é agora a “altura certa para defender os interesses da Região”, alertando que os Açores “podem estar em perigo se deixarem de ter o apoio e a solidariedade que usufruiu nos últimos quatro anos com os governos socialistas que permitiram realizar um conjunto de importantes obras e promover tanto progresso”. R.S.A.

Bernardo Trindade denuncia práticas lamentáveis na Madeira

A COMISSÃO Nacional de Eleições (CNE) deve estar atenta às inaugurações feitas por Alberto João Jardim e à informação tendenciosa do “Jornal da Madeira”, usada como “arma de arremesso contra a oposição” em tempo de campanha eleitoral, defendeu o candidato do PS/Madeira à Assembleia da República, Bernardo Trindade.

“Se o ridículo pagasse imposto o PSD-Madeira não tinha dívidas”, disse, no dia 15, Bernardo Trindade, no Funchal, num comentário à afirmação do candidato do PSD-Madeira, Guilherme Silva, que o seu partido ponderava apresentar queixa da candidatura socialista na região por esta contar com a participação de vários membros do Governo da República.

“Estas iniciativas são do PS e as pessoas que cá estiveram não estão na qualidade de secretários de Estado. Com certeza que quando fui a uma série de círculos neste país, quando me anunciam é nessa qualidade, e é

legítimo que o façam uma vez que tive responsabilidades nesta área”, disse.

Bernardo Trindade explicou que “todos os encargos são da responsabilidade do PS, não é o erário público que assume essas dívidas” ou despesas com as deslocações dos membros do Governo central que participam nas conferências-debate que a candidatura socialista madeirense tem realizado.

Para o candidato socialista, “essa reacção do PSD/M resulta só e tão-só como forma de branquear aquilo que ainda acontece na Madeira”.

“Em pleno século XXI, 60 inaugurações acontecem em pleno período eleitoral, que sobretudo são usadas para passar mensagem política de degradar, esmagar, espezinhar toda oposição e essa é que é uma prática lamentável”, salientou.

Acrescentou que também em período eleitoral, na região existe um “órgão de comunicação social pago pelos impostos dos madeirenses que é usado como arma de arremesso

político contra a oposição”.

Para Bernardo Trindade, “essa é uma prática que a CNE devia olhar, para inaugurações em tempo de campanha e para o ‘Jornal da Madeira’, para os artigos de opinião e a forma tendenciosa como toda essa comunicação é feita”.

Por outro lado, o candidato socialista defendeu que o Estado deve assumir-se como parte interveniente no apoio social, ao contrário do PSD e CDS que acham que “devia ser desmantelado e uma responsabilidade dos privados”.

“Defendemos e acreditamos no Serviço Nacional e Regional de Saúde como forma de ajudar os que mais necessitam, uma prerrogativa constitucional que deve ser apoiada”, disse.

E adiantou que o programa do Governo refere “que a complementaridade no Serviço Nacional e Regional de Saúde deve ser uma evidência para apoiar intervenções que ainda não sejam possíveis na Madeira e o todo nacional se deve solidarizar”.



OPINIÃO

ALDEMIRA PINHO
Deputada do PS

Relançar e modernizar a economia e o país, promover o emprego, reforçar as políticas sociais, são compromissos eleitorais do PS, que quer um país desenvolvido

“AVANÇAR PORTUGAL”

APOIANTE de José Sócrates desde sempre e directamente envolvida na sua eleição para secretário-geral do PS (2004) quero aqui expressar a minha convicção de que valeu a pena o esforço. De facto o PS ganhou uma liderança forte e um novo rumo, constituindo-se alternativa de poder. José Sócrates esteve à altura dos compromissos assumidos com os portugueses quando assumiu a governação, em Março de 2005.

Foi e é um lutador, um homem de convicções, um homem de palavra. Contra tudo e contra todos José Sócrates continua a apresentar-se aos portugueses



com determinação e seriedade, com verdade e disposto a continuar à frente da governação do país.

A terminar a X legislatura, na qual tive a honra de ser deputada, não poderia deixar de referenciar a agenda parlamentar preenchida com políticas profundamente reformistas, levadas a cabo pelo governo e pelo GP/PS.

No leque partidário português, o PS é o partido que efectivamente foi mais sensível à concretização de políticas e correspondente legislação, permitindo concretizar reformas o que, durante muitos anos, não passou de pura retórica.

É verdade, em 2005 iniciou-se um ciclo de reformas estruturais que mudaram o país para melhor. Muitas iniciativas foram aprovadas nesta legislatura e grande parte foram destinadas a apoiar as famílias e os sectores económicos considerados estratégicos na economia portuguesa.

Sabemos que quando o PS chegou ao Governo, em 2005, encontrou um país com uma economia debilitada e um elevado défice nas contas públicas. Tendo acompanhado a governação, sobretudo nesta área, enquanto deputada na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, é importante salientar aqui o grande empenhamento e o esforço feito no sentido de pôr as contas públicas em ordem. Não fosse o facto de a economia portuguesa ser uma economia aberta e, por isso, atingida fortemente pela crise económico-financeira internacional, hoje teríamos uma situação bem melhor. Mesmo assim actuámos com responsabilidade e seriedade e estamos perante os primeiros sinais de recuperação da nossa economia e de saída da recessão.

Ainda sobre a política educativa do Governo, tendo acompanhado o processo legislativo em sede da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, refuto de grande importância algumas medidas implementadas nos últimos quatro anos, nomeadamente: a escola a tempo inteiro, as actividades de enriquecimento, a introdução do inglês e da educação musical no 1º ciclo, o plano nacional de leitura.

Relançar e modernizar a economia e o país, promover o emprego, reforçar as políticas sociais, são compromissos eleitorais do PS, que quer um país desenvolvido, que tem a ambição de transformação e mudança, que quer fazer avançar Portugal.

Temos que contrariar os objectivos de toda a oposição, que desde há muito e sobretudo nesta campanha, com calúnias e tentando iludir os portugueses, pretende evitar a vitória iminente de Sócrates e do PS. Sabemos bem que os partidos da oposição não escondem os seus objectivos: retirar a maioria absoluta ao PS ou mesmo retirar o PS do Governo.

Para um país melhor vamos reforçar a votação no PS no dia 27 de Setembro

Mário Lino reitera que TGV não agrava dívida pública e gera riqueza



A CONCRETIZAÇÃO do projecto português de alta velocidade ferroviária (TGV) não vai agravar a dívida pública, gera riqueza e tem mais benefícios do que custos, afirmou o ministro das Obras Públicas, Mário Lino.

O projecto de alta velocidade “contribui para combater o endividamento e não o contrário”, disse, no dia 16, o ministro das Obras Públicas, durante a sua intervenção no Fórum Infra-Estruturas e Transportes, organizado pelo “Diário Económico”, que decorreu em Lisboa.

Mário Lino destacou, mais uma vez, o facto de o projecto português trazer para o país “benefícios financeiros, económicos e técnicos”.

O ministro explicou que o investimento total no projecto, que ascende a 8,9 mil milhões de euros,

“vai ser pago em grande parte pelo próprio projecto, 45%, por fundos comunitários, 20%, e pelo Estado português, 35%”.

Portanto, explicou, “estamos a tratar de um projecto cujo pagamento é escalonado ao longo dos anos e é um projecto que gera riqueza, como tem sido dito por toda a gente, mesmo aqueles que hoje combatem o TGV”.

À margem do fórum, Mário Lino disse ainda que a alta velocidade ferroviária “gera riqueza, dá valor, tem mais benefícios do que custos. Portanto, não é um projecto que agrave o endividamento”.

E adiantou que o endividamento em “matéria de TGV ao longo destes 40 anos não tem nada a ver com o endividamento público, não conta para esse efeito”.

O ministro referiu também que o país tem parcelas muito impor-

tantes nesse endividamento, dando como exemplo a energia.

“Temos de trabalhar muito seriamente para reduzir a nossa dependência económica” ao nível dos combustíveis fósseis, defendeu, salientando que a alta velocidade usa energia eléctrica e vai substituir o transporte rodoviário que usa combustíveis fósseis.

Questionado pelos jornalistas sobre as declarações da presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, sobre o projecto português de alta velocidade, o ministro disse que foram feitas de uma forma que considera “perfeitamente absurda”, explicando que Portugal vai buscar mais fundos comunitários do que Espanha.

“Entre os dois países, proporcionalmente, quem vai buscar mais fundos comunitários, mesmo para os troços transfronteiriços, é Portugal, não é Espanha”, disse.

Sócrates defende taxa entre operações financeiras

PORTUGAL vai apoiar a aplicação a nível global de uma taxa sobre as transacções dos mercados financeiros, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 17, em Bruxelas, durante a reunião de líderes europeus.

“O nosso país vai defender que a União Europeia proponha na reunião do G20 [a realizar-se nos dias 24 e 25, nos EUA] a criação, a nível internacional, de uma taxa generalizada sobre operações financeiras realizadas entre operadores financeiros”, disse José Sócrates, explicando de seguida que a medida visa que “o sector suporte parte dos custos nos quais os países tiveram de incorrer com a crise financeira”.

A aplicação desta taxa, conhecida como taxa Tobin, já tinha sido defendida também pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que nos vários debates parlamen-



tares em que foi confrontado com esta questão, principalmente pela esquerda parlamentar, respondeu sempre que a medida faz sentido desde que seja aplicada por todos.

Caso contrário, conclui o ministro, “Portugal ficaria numa

posição de desvantagem”.

De referir que a aplicação da taxa Tobin – que tomou o nome do seu criador, o economista norte-americano James Tobin – recolhe também o apoio do recém-releito presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. **MR**

Inverter ciclo de empobrecimento do Porto

MAIS de metade da população do Porto vive de subsídios do Estado e a cidade perdeu empregos riqueza e população nos oito anos de mandato de Rui Rio, denunciou a candidata do PS à câmara municipal, Elisa Ferreira, na apresentação, em conferência de Imprensa, no dia 17, de um conjunto de medidas que visam inverter o “ciclo vicioso” em que a Cidade Invicta caiu com a gestão da coligação de direita, dando, nomeadamente, “tratamento VIP” aos empreendedores que queiram apostar na cidade.

Recorrendo a dados comparativos entre 2001 e 2008, a candidata socialista demonstrou que a percentagem de empresas existentes na cidade, face ao universo do Grande Porto, diminuiu de 28,1 para 26,1%, fazendo com que a percentagem de empregos descesse de 35,7 para 27,3%.

A produção de riqueza desceu naquele período de 53,8% do volume de negócios ocorridos no Grande Porto para 28,6%.

Em resultado deste cenário, Elisa Ferreira referiu que mais de metade dos

portuenses, cerca de 115 mil, recebem algum tipo de subsídio.

Exemplo paradigmático da forma como o Executivo de Rui Rio não tem apoiado a criação de novas dinâmicas sociais é, para a candidata do PS, o facto da Câmara do Porto ser das poucas em todo o país que nunca aderiu aos programas de ocupação de desempregados em trabalhos comunitários a cargo da própria autarquia, das juntas de freguesia ou das instituições de solidariedade social.

Apontando casos como Lisboa e Elvas, Elisa Ferreira anunciou que pretende criar duas mil vagas para beneficiários do Rendimento Social de Inserção em quatro anos.

Face a este quadro desolador em que o Porto se “esvai literalmente da sua dinâmica empregadora”, a cabeça-lista do PS sustentou que elegeu desde que formalizou a sua candidatura “como primeira prioridade” o emprego, ideia que diz ter sido “copiada agora por Rui Rio”.

No seu programa, propõe a criação de pelo menos mil estágios anuais para recém-licenciados, a transformação

do antigo Matadouro Municipal num centro de acolhimento de empresas com capacidade para criar pelo menos cem microempresas e a consolidação das áreas de Ramalde, Asprela e Campanhã como verdadeiros pólos empresariais.

Elisa Ferreira assegurou ainda que irá defender o avanço rápido de obras públicas estruturantes como a circular do Metro do Porto e as linhas Lisboa-Porto e Porto-Vigo do TGV.

Para requalificação da mão-de-obra, propõe a criação de vários centros de Novas Oportunidades, o primeiro dos quais no interior da própria Câmara do Porto, onde grande parte dos funcionários são elegíveis a este programa de formação.

Por outro lado, para que o Porto volte a ter voz e participe de forma mais próxima na definição dos critérios estratégicos nacionais, Elisa Ferreira defende que determinados quadros superiores da Função Pública, assim como administradores de empresas públicas ou participadas pelo Estado desempenhem o cargo na cidade.

OPINIÃO



ANDRÉ MAGRINHO
Economista

A modernização, a inovação e a competitividade do tecido empresarial, e bem assim os imperativos da coesão económica e social, exigem a mobilização das PME, o redimensionamento empresarial, a diversificação de mercados, maior atractividade do IDE, o impulso à clusterização da economia e mecanismos adequados de diplomacia económica para apoiar a acção externa das empresas

UMA POLÍTICA PARA AS PME VENCER OS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE E DA INTERNACIONALIZAÇÃO

NO PASSADO dia 30 de Julho o Governo, através do Ministério da Economia e Inovação, celebrou um memorando de entendimento com a Associação Industrial Portuguesa -Confederação Empresarial (AIP-CE), Associação Empresarial de Portugal (AEP) e a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), intitulado, “Parceria para a Internacionalização das PME”, que reputamos de grande alcance estratégico para o reforço da internacionalização e competitividade da economia portuguesa.

Na verdade, a economia portuguesa confronta-se com um desafio inadiável nos próximos anos em matéria de inovação e competitividade que consiste em: alargar e enriquecer a carteira de actividades, produtos e serviços transaccionáveis com que Portugal se expõe perante a globalização e, conseqüentemente defende o seu mercado interno e a economia de proximidade. Aliás, a coesão económica e social e a qualidade de vida dos portugueses está inexoravelmente ligada à prossecução deste propósito. Sucede que para o alcançar é absolutamente necessário mobilizar para o campo da internacionalização e da exportação, num horizonte de médio prazo, uma fatia muito significativa das PME (35 a 40 mil PME), particularmente aquelas que já têm massa crítica para, com algum suporte das políticas públicas, prosseguirem tal desiderato.

Quando analisamos a estrutura empresarial portuguesa, de acordo com a dimensão das empresas, facilmente compreendemos a inevitabilidade de uma política pública, com uma lógica de parceria público-privada, mobilizadora das PME. De facto, de acordo com o INE (Dez. 2007) o tecido empresarial português é composto no que se refere à dimensão das empresas, analisada em função do volume de emprego, por 909 grandes empresas (0,2% do total), por si só, são insuficientes para garantir a base exportadora que uma pequena economia aberta, que se pretende competitiva, necessita de assegurar. Quanto às PME registam-se cerca de 423 mil (99,8% do total), sendo 6,1 mil (1,4% do total) médias empresas, 43 mil (10% do total) pequenas empresas e 373 mil (88% do total) microempresas. Dito de outro modo, como passar dos actuais cerca de 33% correspondentes ao peso actual das exportações portuguesas no PIB para um valor da ordem dos 42% do PIB como propõe o PS no seu programa? Certamente que exige a mobilização de uma faixa bastante mais abrangente das PME do que a actual, visando a internacionalização e a exportação. É por isso que esta “Parceria para a Internacionalização das PME” terá um papel instrumental da maior relevância, configurando um dispositivo de inteligência competitiva da maior valia.

Esta “parceria” é igualmente im-

portante para apoiar a diversificação das nossas exportações, concentradas excessivamente na União Europeia (cerca de 73%, apesar dos progressos alcançados nos últimos 4 anos) e, nesta, sobretudo em quatro países, afigurando-se, por isso, necessário prospectar e investir noutros mercados, principalmente situados na vertente euro-atlântica do nosso relacionamento externo.

A “parceria para a internacionalização das PME” é ainda importante para apoiar a constituição das redes e parcerias de natureza público-privada, assim como a implementação de formas de cooperação interempresas e as ligações entre as universidades e os centros de saber, visando também a modernização e o redimensionamento do tecido empresarial português. Este dispositivo de “inteligência competitiva” deverá servir, também, para estimular a inovação nos denominados sectores tradicionais, como os têxteis e o calçado, onde aliás existem excelentes experiências, mas, também, para investir de forma inteligente em novas actividades e sectores, onde a procura internacional se afigura mais dinâmica no futuro, como são as TIC, as novas energias, as tecnologias da saúde, as biotecnologias, as nanotecnologias, os novos materiais, a robótica, a aeronáutica, os oceanos, entre outros. Para se atingir o desiderato de trazer para o terreno da exportação uma faixa muito mais significativa das PME é também fundamental que as políticas públicas estimulem os clusters (pólos de competitividade e tecnologia), o que implica também o reforço da atracção do investimento directo estrangeiro (IDE), assim como a acção externa das empresas através do reforço dos mecanismos de diplomacia económica, designadamente conferindo-lhes maior eficácia e uma adequada articulação dos redutos diplomáticos com as empresas e as suas estruturas associativas empresariais representativas.

Em síntese, a modernização, a inovação e a competitividade do tecido empresarial, e bem assim os imperativos da coesão económica e social, exigem a mobilização das PME, o redimensionamento empresarial, a diversificação de mercados, maior atractividade do IDE, o impulso à clusterização da economia e mecanismos adequados de diplomacia económica para apoiar a acção externa das empresas. Para isso, é necessário uma adequada articulação de estratégias empresariais alicerçadas na informação e no conhecimento e de boas políticas públicas que, conjuntamente, corporizem um sistema de “inteligência económica e competitiva” para alargar e enriquecer o portefólio de actividades transaccionáveis com que Portugal se expõe perante a globalização.



Rui Apolinário, candidato à Câmara de Moura

“Tenho acima de tudo um grande amor à minha terra”

Apostando numa mudança radical na gestão da autarquia, designadamente numa lógica de maior proximidade com as populações, o candidato socialista à Câmara Municipal de Moura, Rui Apolinário, garante, em entrevista ao “Acção Socialista”, que uma das suas prioridades políticas passa por proporcionar uma mais adequada e sustentada distribuição de água ao município, invertendo assim a política desastrosa da CDU, força política que vem gerindo a autarquia.

Ao nível económico sustenta que a grande prioridade é o turismo aproveitando ao máximo as potencialidades proporcionadas pelo Alqueva.

O que o leva a candidatar-se pelo PS à Câmara Municipal?

Acima de tudo o grande amor que tenho à minha terra. Mas também porque penso que este é o momento de fazer algo em prol do desenvolvimento do concelho.

Moura necessita de uma mudança radical na sua gestão autárquica fundamentalmente a três níveis.

Desde logo, uma mudança de actuação. Os autarcas necessitam de desenvolver a sua actuação numa lógica de proximidade com as populações, necessitam de se envolver de forma empenhada nos problemas das pessoas e delas estar mais próximos.

Mas também uma mudança de atitude. Aos autarcas é pedida uma atitude pró-activa sendo-lhes igualmente exigido que desenvolvam muita da sua actividade fora dos gabinetes. Urge inspirar confiança às populações e isso só se consegue com uma atitude de diálogo, cooperação e colaboração mútuos.

Finalmente uma mudança de pessoas. Os candidatos do PS a estas eleições são de facto mulheres e homens que conhecem profundamente o concelho, que diariamente convivem com as populações, e que estão efectivamente cientes das necessidades dos municípios.

Quais as áreas que considera mais importantes no concelho para uma intervenção prioritária?

Sem dúvida que a nossa grande prioridade será a de proporcionar às nossas freguesias água em condições.

As freguesias do concelho de Moura sofreram na pele os efeitos de uma decisão política tomada pela CDU enquanto força que comanda a autarquia.

Recordo que o presidente da Câmara de Moura optou por aderir a um sistema intermunicipal, seguindo as ordens do seu partido e das suas cúpulas. Os

projectos foram sucessivamente reprovados por Bruxelas, perdeu-se uma eternidade de tempo, e os únicos prejudicados foram os habitantes das freguesias de Moura, que ainda hoje, em pleno século XXI, vêem as suas aldeias e vilas serem abastecidas por autotanques, como há muitos anos atrás se fazia.

O que pensa da relação de proximidade entre Moura e a barragem de Alqueva. Como pode isso beneficiar o concelho?

Efectivamente, o concelho de Moura pode tirar grandes dividendos de um dos maiores empreendimentos realizados em Portugal nesta área. Foi com o Governo do Partido Socialista e com a insistência de muitos anos dos autarcas do nosso partido, que se conseguiu dotar o Alentejo de uma infra-estrutura que para além de necessária se tem revelado de capital importância ao nível da criação de emprego.

A modernização agrícola, a criação do regadio, a produção de energia e a disponibilização de água numa zona ciclicamente afectada pela seca, foram efectivamente verdadeiras mais-valias criadas por este empreendimento.

Naturalmente que o concelho tem muito a aproveitar nestas componentes, no entanto existem outras por explorar, e nesse aspecto a autarquia de Moura tem manifestado uma passividade que não se coaduna com a grandeza do investimento.

Acha que o turismo é uma aposta importante para o desenvolvimento do seu concelho. Que medidas podem ser tomadas?

O turismo tem necessariamente de ser uma das grandes apostas para o nosso concelho.

Moura necessita de potenciar a sua proximidade com a barragem de Alqueva ao nível do turismo.

Contudo, neste capítulo, a actuação da Câmara CDU tem sido de



completo desleixo.

Existe uma promessa eleitoral para a construção de um parque de campismo há mais de dez anos. Entendemos que uma câmara municipal que não consegue instalar um parque de campismo pouca legitimidade tem para falar em turismo. Para mais, aquando da criação da Entidade Regional de Turismo, mais uma vez teve de acatar as ordens do Partido Comunista, preferindo não aderir. Enquanto isso, todos os outros concelhos confinantes se foram posicionando. O concelho de Moura ficou para trás.

Para si, qual a importância das equipas que envolvem um

candidato para o êxito do seu trabalho?

O conceito de equipa tem para nós um grande significado. É a nossa grande arma nestes tempos que se aproximam. Queremos um concelho mais solidário e para tal necessitamos de congregar esforços e trabalhar como uma verdadeira equipa!

Para nós não existem individualidades. Para a nossa candidatura existe uma máxima: “Acima da política estão sempre as pessoas”. É para elas que trabalharemos com elevado sentido de responsabilidade e espírito de missão.

O PS, sem dúvida que apresenta a estas eleições as melhores equipas, compostas por gente de trabalho, que tem na isenção, no rigor e na

responsabilidade as suas formas de estar e viver.

Que desejo gostaria de deixar para as eleições de 11 de Outubro próximo?

Desejo que a população do concelho de Moura vote de forma consciente, na certeza de que o nosso município detém um grande potencial que não tem sido explorado. As nossas propostas são aquelas que catapultarão o nosso concelho para um patamar de modernidade de que temos andado arredados.

Queremos viver com dignidade, e acima de tudo queremos que os nossos jovens assumam a preponderância que merecem e que participem nas decisões.

Oeiras a sério com Marcos Perestrello na presidência

O alargamento da auto-estrada de Cascais (A5), a extensão da linha vermelha do metropolitano até Oeiras, a transformação do SATUO Sistema Automático de Transportes Urbanos de Oeiras num sistema de eléctricos rápidos, a modernização da linha da CP, a construção de um novo hospital e centrar a política de habitação na classe média foram algumas das propostas avançadas pelo candidato do PS à presidência da Câmara de Oeiras, Marcos Perestrello, que apontou a candidatura do actual presidente, Isaltino Morais, como o “maior problema” do concelho, devido à “situação jurídica em que se encontra”.

J. C. CASTELO BRANCO

NO DISCURSO da apresentação dos candidatos socialistas ao concelho de Oeiras, numa sessão que lotou por completo, no dia 20, o auditório Ruy de Carvalho, no Centro Cívico de Carnaxide, Marcos Perestrello disse não estar disponível para “fazer de conta que nada de grave aconteceu, porque temos de identificar, nomear e discutir todos os problemas de Oeiras” e neste momento, frisou, “o maior problema de Oeiras foi o dr. Isaltino Morais quem o criou, ao insistir cega e teimosamente em candidatar-se na situação pessoal, política e jurídica em que se encontra”.

O candidato socialista sublinhou que “Oeiras não pode aceitar que o argumento de que alguém fez obra seja usado para dispensar esse alguém de cumprir a lei e respeitar a ética”.

Segundo Marcos Perestrello, “o bem que Isaltino Morais fez no passado a Oeiras está a ser destruído pelo mal que agora lhe está a fazer com a sua candidatura”, já que, na sua opinião, “deixou-se cair numa gestão rotineira e desprovida de imaginação e está hoje profundamente fragilizado pela pesada condenação que foi alvo por actos que praticou enquanto presidente da câmara”.

Ao contrário do PSD e da sua candidata, referiu que os socialistas

não estão disponíveis para “disfarçar simpatias e dizer que há temas que não devem fazer parte da campanha, passando, depois, o tempo a fazer, com oportunismo e hipocrisia, insinuações veladas e directas, que visam apenas esconder o facto de nada se ter para dizer sobre o concelho”.

Para resolver “o maior problema de Oeiras”, a situação em que se encontra o actual presidente da câmara, o candidato do PS disse que “nós somos a solução”, porque, adiantou, “temos o projecto, temos a equipa, temos a estratégia, temos a energia, temos a imaginação, temos a vontade de virar a página e de fazer o que Oeiras precisa”.

Marcos Perestrello denunciou que “nos últimos quatro anos, não houve em Oeiras nenhuma obra estruturante de iniciativa municipal. As promessas ficaram por cumprir”, sustentando que “este abrandamento no desenvolvimento de Oeiras tem que ser invertido, porque, a não sê-lo, as consequências serão péssimas para o concelho e para o seu futuro”.

Referindo que os factores de competitividade que garantiram o êxito do modelo de desenvolvimento nas décadas de 80 e 90, como os terrenos mais baratos da área metropolitana que atraíram empresas e habitantes, já não existem, o candidato do PS defendeu “um novo modelo de desen-



volvimento, que continue a assegurar a atractividade e a competitividade para as empresas, mas também para as pessoas e para as famílias”.

Desenvolvimento, estabilidade e seriedade

O candidato socialista afirmou ainda que “os oeirenses sabem que,

conosco terão um futuro de desenvolvimento, estabilidade, seriedade, segurança e solidariedade. Com Oeiras a sério, temos a alternativa, a solução, o futuro. Queremos que se volte a falar de Oeiras não por más razões, mas pelas boas”.

Antes, Vieira da Silva disse que aceitou o desafio de ser candidato à presidência da Assembleia Municipal, por “respeito ao poder local democrático”, mas também porque, “finalmente, o PS apresenta uma candidatura com capacidade para virar a página na Câmara de Oeiras”.

Vieira da Silva referiu ainda que “seria difícil dizer que não a alguém como Marcos Perestrello que assume uma batalha tão difícil, com coragem e espírito cívico”, e que tem como

objectivo “recuperar o prestígio da Assembleia Municipal como órgão de debate aberto e de controlo democrático da acção do Executivo camarário”.

Na sua intervenção, o secretário nacional do PS referiu-se também às críticas que alguns fazem ao facto de Marcos Perestrello ser “muito jovem”, frisando que estas partem de “quem envelhecendo não sabe acompanhar a história”. E sublinhou “o grande currículo” e a “enorme experiência política” que o candidato do PS à presidência já possui.

Vieira da Silva disse ainda que nas próximas eleições autárquicas em Oeiras “Marcos Perestrello, com a sua juventude, capacidade de decisão e coragem de assumir compromissos vai estar concentrado a defender os interesses de Oeiras”, enquanto outros, pelo contrário, “vão estar concentrados a defender-se a si próprios”. “E esta é uma diferença decisiva”, defendeu.

Já o mandatário da campanha e presidente do Comité Olímpico Português, comandante Vicente Moura, referiu estar muito “honrado” de colaborar por “razões de consciência cívica” na candidatura do PS, que “reúne personalidades de reconhecido mérito” e tem “um excelente programa para o futuro de Oeiras, que não pode parar”. Por isso, sustentou, “devemos eleger Marcos Perestrello para presidente”.

A actriz Patrícia Cando, mandatária da juventude, afirmou estar “empenhada em dar o melhor contributo para a vitória do PS em Oeiras”.

Entre a numerosa assistência, realce para a presença de Almeida Santos, presidente do PS, o que “mostra bem como o PS leva a sério o concelho de Oeiras”, disse Marcos Perestrello.



COMPLEXO DESPORTIVO DE PORTIMÃO CRIARÁ 3400 EMPREGOS



O COMPLEXO Desportivo da cidade de Portimão, cujas obras já arrancam, vai criar cerca de 1400 postos de trabalho directos e mais de 2000 indirectos, num total de 3400 empregos.

O projecto de cerca de 150 milhões de euros, ocupa uma área de 14 hectares, onde serão construídos equipamentos desportivos, uma zona comercial, outra residencial, e espaços verdes e de lazer.

A concretização do projecto resulta de uma parceria público/privada, entre a Câmara de Portimão e um grupo empresarial, estando prevista a sua conclusão para 2012.

A área desportiva engloba um estádio de futebol, com capacidade para oito mil pessoas, um pavilhão multiusos, com 3160 lugares sentados, e duas piscinas, uma das quais olímpica com 1400 lugares.

O projecto prevê também a construção de um centro comercial e um empreendimento imobiliário de baixa densidade.

Está ainda prevista a criação de um Jardim Botânico, com 7140 metros quadrados de espaços verdes diferenciados, nomeadamente um Jardim Sensorial, um Jardim Geriátrico e um Palmetum, com palmeiras de várias espécies.

O presidente da autarquia, o socialista Manuel da Luz, refere com júbilo o facto do projecto "criar cerca de 1400 postos de trabalho directos e demonstra como resultam muito bem a persistência e a capacidade de trabalhar sob uma visão a prazo, e de colocar Portimão na primeira linha".

E acrescenta que se trata "de um exemplo de cidade desportiva que ficará para o futuro", classificando a sua concretização como "um desafio muito grande".

"Numa altura de crise, impera a vontade dos homens que remam contra a maré, porque há mais vida para além do défice, e não temos medo do que deixaremos de herança para os vindouros", observou Manuel da Luz.

"Portimão é uma referência cada vez mais afirmativa e competitiva da região, e quer figurar por direito próprio na rede internacional de cidades com projectos criadores de emprego e dinamizadores da economia local", concluiu o autarca.

Reforçar a maioria socialista em Penamacor

"QUEREMOS uma forte maioria na Assembleia Municipal e mais um vereador na câmara". Este foi o objectivo traçado pelo socialista Domingos Torrão, que se candidata a mais um mandato como presidente da autarquia de Penamacor, perante os mais de 800 apoiantes reunidos no jantar-cozócio que decorreu no dia 12, no recinto exterior do ex-quartel, para apresentação dos candidatos do PS à câmara e juntas de freguesia do concelho.

"Tenho a noção de que não será fácil eleger cinco vereadores, mas peço um quatro a um com força", disse, salientando que não iria fazer "um discurso de porrada na oposição, porque a oposição vale o que vale".

Domingos Torrão centrou-se depois nas propostas do seu programa, como a gratuidade do transporte, alimentação e manuais escolares a todos os alunos do 1º ciclo do concelho. "Queremos que o concelho seja pioneiro em vários sectores e a fixação da nossa juventude é uma das nossas prioridades", disse ainda.

Na sua intervenção, o candidato do PS defendeu a ligação à A23 e referiu a obra que irá em breve avançar ao nível do Serviço de Cuidados Continuados, na Quinta da Senhora do Incenso.

Domingos Torrão recordou ainda



a obra feita nos últimos quatro anos em todas as freguesias do concelho, assim como a criação da marca Terras do Lince, que, frisou, "promove os nossos produtos e a região".

Já Jorge Seguro, candidato à presidência da Assembleia Municipal, entre outras propostas, defendeu a realização de reuniões em cada uma das freguesias do concelho, de forma a "aproximar mais este órgão da população".

Por sua vez, Joaquim Morão presidente da Federação e da Câmara

de Castelo Branco, afirmou que Domingos Torrão "é o melhor candidato em Penamacor, apresenta a melhor lista, tem obra feita e uma relação humana excelente com a população do concelho".

O eurodeputado e dirigente socialista Capoulas Santos manifestou a sua "solidariedade" para com os autarcas socialistas de Penamacor, elogiou o trabalho realizado e afirmou estar convicto de que o PS alcançará uma grande vitória no concelho. **JCCB**

Câmara de Seia aposta na requalificação da habitação

NO SEGUIMENTO da aposta que a autarquia tem vindo a fazer na reabilitação urbana, a Câmara Municipal de Seia assinou um protocolo com a Segurança Social, com vista à requalificação de 17 habitações do concelho, no âmbito do Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI).

Este é o segundo protocolo assinado no quadro do PCHI, tendo o primeiro permitido a requalificação de 50 habitações, num investimento total de 282 mil euros.

O presidente da câmara, o socialista Eduardo Brito, realçou o



trabalho que a autarquia desenvolveu no anterior programa, "o que permitiu a assinatura deste segundo protocolo".

"Nesta segunda fase, pretende-se requalificar mais 17 habitações em parceria com o PCHI e mais outras 15 com capitais exclusivamente da Câmara Municipal de Seia", afirmou o autarca do PS.

Este protocolo tem como objectivo melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade de pessoas idosas e é participado em 119 mil euros pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, cabendo o restante investimento ao orçamento municipal.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

A verdadeira asfixia é laranja

OS SOCIALISTAS do Porto desafiam o autarca laranja Rui Rio a “abandonar a sua torre de marfim e contribuir para o esclarecimento dos portuenses”, manifestando, ao mesmo tempo, a total disponibilidade do PS para o debate.

“Não temos medo de debater nem de dialogar com os portuenses e com as restantes forças políticas da cidade”, garante o líder da Federação socialista do Porto, Renato Sampaio, num comunicado divulgado recentemente, no qual desafia os restantes partidos que disputam as autárquicas a “assumirem a defesa da transparência no debate democrático, bem como o respeito pela igualdade de tratamento e de divulgação das posições e políticas que cada um defende para o futuro da cidade”.

No documento, os socialistas sublinham a assumpção de uma “posição coerente” com aquilo que defendem para Portugal e para o Porto, já que o PS ao nível distrital já conseguiu que Rui Rio accitasse dois debates a quatro na televisão “Porto Canal” e na Antena 1.

“Sabemos bem o quanto seria incómodo para Rui Rio os frente-a-frente com Elisa Ferreira”, refere o presidente da Federação do Porto, criticando que a coligação “O Porto em Primeiro”, liderada por



Rui Rio, venha agora acenar com debates televisivos, pretendendo desviar a atenção dos cidadãos para questões de âmbito local quando está a decorrer curso uma campanha eleitoral decisiva para o futuro de Portugal.

Lembrando que a “aversão ao debate e ao esclarecimento tem estado bem presente na postura de Rui Rio nos oito anos que leva à frente dos destinos da cidade do Porto”, os socialistas criticam a pretensão do autarca laranja ao falar de “asfixia democrática” na cidade, “esquecendo o quanto

é contraditória a sua postura de evitar frente-a-frente com a candidata do PS com a posição do PSD nacional, do qual é vice-presidente, e da líder do seu partido no momento em que se definia o modelo dos debates entre os diferentes líderes partidários e designadamente com José Sócrates”.

O líder do PS/Porto vinca ainda que o nosso partido, “enquanto fundador da democracia e da liberdade de imprensa, não utiliza as estratégias de Rui Rio que, visando retirar espaço de afirmação na televisão a Elisa Ferreira,

apresentou queixa à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, visando impedir a sua participação em debates promovidos pela RTP”.

Assim, termina o comunicado: “Não reconhecemos a Rui Rio legitimidade para dar lições de democracia ao Partido Socialista e aos seus candidatos quando, enquanto o presidente de Câmara, viola todos os princípios de tratamento igualitário ao atribuir subsídios de forma selectiva somente a associações que abduquem de se pronunciar contra a Câmara do Porto”. M.R.

Empresas municipais usadas como espécie de saco azul na Câmara de Lisboa

NO TEMPO em que presidia aos destinos da capital, o candidato do PSD Pedro Santana Lopes usou empresas municipais como “uma espécie de saco azul” da Câmara de Lisboa. A denúncia foi feita pelo camarada António Costa numa conferência de Imprensa realizada no dia 15.

Na sequência de uma reunião do Executivo municipal, o actual edil lisboeta voltou a responsabilizar a gestão de Santana Lopes pelo “descalabro da situação financeira do município” alfacinha, com a duplicação do passivo e a triplicação da dívida a fornecedores.

“Foi também distribuindo dívidas por organizações à volta da Câmara, como a EPUL e a Ambelis, e que serviam como uma espécie de saco azul para pôr as despesas que já não conseguia meter na Câmara”, afirmou Costa.

E acrescentou que “Santana Lopes é responsável por a



EPUL ter gasto 61 milhões de euros em despesas que nada tinham a ver com o objecto social e as actividades da empresa”.

Segundo António Costa, essa verba foi gasta com os arquitectos Frank Gehry e Jean Nouvel e em pagamentos ao Sport Lisboa e Benfica e ao

Sporting Clube de Portugal, no âmbito dos projectos para o Euro 2004.

Respondendo às acusações feitas recentemente por Santana Lopes, segundo a qual haveria despachos feitos para serem aplicados à autarquia de Lisboa, Costa fez notar com veemência que a legislação “só

é aplicada porque a Câmara não fez, como lhe competia, os planos de pormenor e de urbanização no âmbito do PDM”.

Por sua vez, o vereador do Urbanismo, Manuel Salgado, acrescentou que a lei em causa “permitiu aprovar o licenciamento de dez edifícios na Avenida da Liberdade que estavam devolutos, um dos quais ardeu”.

António Costa frisou igualmente que a gestão de Santana Lopes na Câmara de Lisboa revelou um “total desprezo pelas formas de planeamento e de boa gestão urbanística da cidade”, que foram sinalizadas na sindicância aos serviços do Urbanismo.

“As situações identificadas na sindicância têm uma origem e um rosto: Pedro Santana Lopes”, afirmou, para de seguida declarar que “não basta fazer, é preciso fazer bem e o dr. Santana Lopes fez mal na gestão financeira e urbanística da cidade”.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

O apagão preconizado pela oposição, e em particular pelo PSD, em relação a todos os projectos e políticas em curso, configura não uma mudança de rumo, natural em democracia, mas uma marcha atrás absolutamente indesejável e perniciosa

NÃO AO APAGÃO

O QUE se vai decidir nas eleições de 27 de Setembro é cada vez mais claro. A escolha é entre modernidade e ambição ou retrocesso e estagnação.

Durante os últimos quatro anos foram lançadas em Portugal um conjunto alargado de reformas estruturais e estruturantes. É óbvio que reformas de fundo não podem agradar a todos e que nem tudo foi feito de forma perfeita.

A verdade, no entanto, é que Portugal progrediu e isso reflectiu-se na capacidade do País para resistir à crise, apoiar as pessoas e as empresas mais afectadas e posicionar-se na primeira linha para tirar partido da recuperação da economia mundial.

Essas reformas não se fizeram sem um enorme esforço de muitas e muitos portugueses e a maioria delas exigem continuidade no trabalho e no empenho. É por isso que o apagão preconizado pela oposição, e em particular pelo PSD, em relação a todos os projectos e políticas em curso, configura não uma mudança de rumo, natural em democracia, mas uma marcha atrás absolutamente indesejável e perniciosa.

É por isso que nestes últimos dias de campanha é fundamental passar uma mensagem simples mas que sintetize tudo o que está em jogo.

A governabilidade e a estabilidade não são apenas o resultado da matemática eleitoral. São também e sobretudo o resultado da consistência das ideias, das propostas e das lideranças.

O PS oferece aos portugueses um programa sólido, com opções claras e transparentes e valores fortes e consonantes com os desafios da modernidade. O PSD oferece um programa frágil, com opções incertas e valores do passado como o isolacionismo ou o nacionalismo serôdio, em contra ciclo com as dinâmicas de interdependência das novas economias e das novas sociedades sustentáveis.

O PS oferece uma liderança preparada e credível, que contrasta com a fragilidade demonstrada pela líder do PSD, mesmo em domínios em que é academicamente especialista.

Votar PS em 27 de Setembro é votar pelo futuro e dizer não ao apagão da esperança, da credibilidade e da afirmação de Portugal como um país moderno e cada vez mais competitivo.

Todos sabemos isto, mas não basta saber. É preciso levar a mensagem a todos os eleitores para que o voto de cada um, seja ele qual for, seja um voto em consciência plena daquilo que nestas eleições se decide.

OCDE assinala melhorias na educação em Portugal

J. C. CASTELO BRANCO

A PUBLICAÇÃO da OCDE "Education at a Chance" mostra a evolução positiva da educação em Portugal, em relação aos restantes 30 países membros, na qual se confirma a existência de mais alunos e de melhores resultados escolares no ano lectivo de 2006/07, período de referência da publicação.

Segundo a OCDE, em Portugal as turmas em média são mais pequenas e há um maior número de professores por aluno. O número de alunos matriculados no sistema de ensino cresceu em Portugal. A percentagem de alunos entre os 15-19 anos inscritos no sistema de ensino atingiu os 77%, mais 4 pontos percentuais do que em 2004/05. A média da OCDE situou-se nos 82%. A distância de Portugal para a média dos países da OCDE passou dos 8 pontos percentuais, em 2004/05, para 5 pontos percentuais em 2006/07.

Já a taxa líquida de transição no ensino secundário, segundo a publicação da OCDE atingiu 65%, mais 14 pontos percentuais do que em 2004/05 (51%), iniciando a aproximação à média observada para os países da OCDE. Em 2004/05, a média da OCDE situava-se nos 80%. Portugal reduziu, no espaço de dois anos, 12 pontos percentuais na distância que o separa dos países da OCDE.

Já a percentagem da população



portuguesa dos 25-34 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário atingiu os 44%, contrastando com os 29% observados no início da década. A média da OCDE situou-se nos 79%, demonstrando a necessidade de medidas de política, como a da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade e o reforço do apoio às famílias na educação dos seus filhos, que permitam mais rapidamente aproximar Portugal dos países da OCDE. Indicações

que vão ao encontro das recentes medidas anunciadas pelo Governo de José Sócrates.

No capítulo do investimento na educação, a publicação da OCDE destaca que a despesa pública em educação como percentagem do PIB foi de 3,7, valor superior à média registada nos países da OCDE (3,5%). A percentagem da despesa corrente atingiu 98,1%, enquanto nos países da OCDE a média situou-se nos 92%. O estudo revela ainda que em Portugal, cerca de

80% das despesas correntes respeitavam a salários. No topo da carreira, os professores portugueses continuam a ser dos mais bem remunerados do espaço da UE e da OCDE.

Quanto às horas de instrução por ano durante a escolaridade obrigatória, que o Governo do PS aumentou de forma exponencial, em Portugal, os alunos com 15 anos tinham em média por ano 821 horas de instrução. A média dos países da OCDE era de 921

horas. Na faixa etária dos 12 aos 14 anos, a média em Portugal atingiu 880 horas de instrução, situando-se a média dos países da OCDE nas 892 horas. Segundo a publicação da OCDE, a relação altera-se no 1.º ciclo do ensino básico. Em Portugal a média de horas de instrução por ano, para os alunos com sete e oito anos, foi de 855, mais 86 horas, em média, do que nos países da OCDE (769 horas).

Relativamente à dimensão das turmas, em Portugal, no 1.º e no 2.º ciclos do ensino básico, o número de alunos por turma era de 19,7, enquanto nos países da OCDE a média era de 21,4. O menor número de alunos por turma, em Portugal, verifica-se também no 3.º ciclo do ensino básico; 22,3 alunos por turma em Portugal, 23,9 alunos por turma nos países da OCDE.

O estudo da OCDE revela ainda que no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, o número de alunos por professor era de 11,8, em Portugal, contrastando com os 16 alunos por professor nos países da OCDE. Já no 3.º ciclo do ensino básico a relação era de 7,9 alunos por professor, enquanto nos países da OCDE a média se situava nos 13,2 alunos por professor. No ensino secundário, Portugal apresentava um rácio de 8,4 alunos por professor, enquanto nos países da OCDE a relação era de 12,5 alunos por docente.

CRIADA REDE INTERMINISTERIAL DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O GOVERNO aprovou a institucionalização da Rede Interministerial de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), para dar continuidade ao trabalho de colaboração que tem vindo a ser realizado pelos diferentes serviços da Administração Pública.

"Queremos, na prática, que o trabalho em rede continue", sublinhou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, na conferência de Imprensa realizada no dia 18, no final da reunião do Conselho de Ministros.

Com a resolução agora aprovada, pretende-se facilitar a integração de serviços e criar balcões únicos para os cidadãos e para as empresas, tornando-os mais céleres e mais seguros.

Segundo o Governo, a colaboração que a rede permite é importante para ir mais longe com soluções comuns, que permitam a prestação do serviço, de forma mais rápida e com menores custos.



Investimento de milhões em empreendimentos rodoviários para Matosinhos

O GOVERNO vai investir cerca de 29,5 milhões de euros em duas infra-estruturas rodoviárias no concelho de Matosinhos, anunciou o secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações, Paulo Campos, que participou, no dia 10, juntamente com o presidente da Câmara de Matosinhos, Guilherme Pinto, no lançamento da obra de construção de novas estruturas de acesso às instalações da Efacec e na apresentação do projecto de execução referente ao alargamento do IC1 entre a rotunda AEP e o viaduto de Leça.

O empreendimento rodoviário que melhorará as condições de acesso entre a Efacec, localizada no Pólo Industrial da Arroiteia, e a N13 terá a extensão de 1,2 quilómetros e um custo estimado de 1,5 milhões de euros.

O projecto de execução referente ao alargamento do IC1 para três



vias entre a rotunda AEP e o viaduto de Leça, que estará concluído até ao final do ano, inclui o acesso ao Hospital Pedro Hispano, mantendo a área de serviço existente. A obra terá uma extensão de 2,5 quilómetros, estando previsto o investimento de 28 milhões de euros.

O secretário de Estado recor-

reu que encontrou no início da legislatura "problemas que tinham décadas, com nós que nunca ninguém tinha conseguido desfazer".

Num discurso em que Paulo Campos referiu que servir a causa pública é concretizar, o governante salientou ainda que o investimento público é uma forma eficaz de combate ao desemprego.

Já Guilherme Pinto considerou que com a apresentação destas duas obras deixa "os problemas deste mandato completamente resolvidos".

O autarca socialista recordou que o alargamento da A28 era uma obra reivindicada há muito tempo e que a melhoria de acessos à Efacec constitui "uma boa notícia para a economia da região" e "um sinal de atenção do governo central para com Matosinhos".

Guilherme Pinto tem obra em Matosinhos



“NÓS não precisamos de criticar nem de mentir, porque nós temos obra”, afirmou o candidato do PS à Câmara Municipal de Matosinhos, Guilherme Pinto, que tem como lema de campanha “Construir o futuro”, realçando que há “1500 milhões de euros de investimento privado em curso” no concelho.

Num jantar-comício que reuniu cerca de dois mil apoiantes, Guilherme Pinto passou em revista a sua obra à frente desta autarquia local, como as 14 escolas novas, os 16 quilómetros de orla costeira renovada e os menos 12 % de desempregados do que em 2005.

Depois de frisar que Matosinhos tem hoje “menos 1200 desempregados do que há quatro anos”, o candidato socialista prometeu um

“mandato com garantia”, tendo referido que tem “cem projectos elaborados” que são para ser executados se for reeleito presidente.

Guilherme Pinto referiu ainda “as 40 obras em curso” nos mais diversos domínios. No urbanismo, disse, “vamos continuar a saga da transparência iniciada neste mandato”.

Por outro lado, o autarca do PS referiu que uma das suas grandes apostas é a cultura, tendo anunciado que faz parte dos seus planos candidatar Matosinhos a “capital da cultura”, objectivo que se vai juntar, referiu, à abertura de uma extensão local do Museu de Serralves e à construção da Casa da Arquitectura e do Museu da Cidade.

“É tempo de nós só termos os

olhos postos no futuro”, realçou Guilherme Pinto que prometeu “fomentar a criatividade na economia”, garantindo apoio à criação de novas empresas, por exemplo através da “diminuição da taxa de derrama para as pequenas e médias empresas e do imposto municipal sobre imóveis”.

O candidato socialista reserva ainda um papel estratégico para o que define como “economia do mar”, dando como exemplo a construção da “segunda fase do Pólo do Mar da Universidade do Porto”.

Relativamente ao ambiente, outra das suas prioridades, Guilherme Pinto pretende fazer de Matosinhos “o primeiro concelho do país a ter saneamento a cem por cento”.

PS vence prémio da igualdade do Conselho da Europa

A COMISSÃO para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa premiou o PS pela sua acção em favor da promoção da participação das mulheres nas suas próprias estruturas, bem como no parlamento.

Tendo o PS ficado em primeiro lugar nesta honrosa distinção, o Partido Trabalhista britânico e o Partido da Esquerda sueco foram igualmente laureados pela referida comissão do Conselho da Europa.

A entrega dos prémios terá lugar no próximo dia 30 de Setembro, em cerimónia a realizar no decurso da sessão de Outono do Conselho da Europa.



OPINIÃO



JOSÉ LAMEGO
Advogado

A insatisfação, mesmo que compreensível, não se vai automaticamente transformar em rejeição, que é a antecâmara da desistência

O PRINCIPAL E O RESTO

NÃO será optimismo voluntarista prever uma vitória do PS no próximo dia 27 de Setembro. Para além do desgaste natural causado por quatro anos de Governo, condicionados pela herança de um défice orçamental pesado, uma crise petrolífera e uma crise financeira internacional, uma maioria de eleitores vai motivar-se por considerações de racionalidade. A insatisfação, mesmo que compreensível, não se vai automaticamente transformar em rejeição, que é a antecâmara da desistência.

O PSD fugiu a apresentar propostas concretas de governação, convencido que seria mais remunerador em termos eleitorais agregar todos os descontentamentos. Complementarmente a isso, montou uma campanha “negativa”, com contornos anti-sistema. Estamos já a ver hoje os efeitos da irresponsabilidade institucional que alimentou essa campanha “negativa”. São marcas que, irremediavelmente, irão perdurar...

O país que trabalha, inova, produz, não se resigna, aquilo que é dinâmico na sociedade portuguesa, quer passar ao lado dessa crispação. Não se revê num nacionalismo conservador, que, mais que antiespanhol, é antieuropeu. Defende uma sociedade aberta, tolerante em matéria de crenças e de costumes, que procura mais prosperidade e maior coesão social.

Existem várias opções ideológicas em confronto. Mas opções de governação só existem duas. E a única que se apresenta a sufrágio com medidas concretas é a representada pelo PS. É isto que vai mobilizar o voto de confiança e de exigência no dia 27.

O resto, nomeadamente a campanha torpe sobre a “asfixia democrática”, que fique para a posterioridade como bilhete de identidade político dos seus orquestradores.

GOVERNO REFORÇA PME INVESTE COM MAIS 600 MILHÕES

O MINISTÉRIO da Economia e da Inovação, em articulação com o Ministério das Finanças, decidiu reforçar a Linha de Crédito PME Investe IV em 600 milhões de euros, para um total de 1000 milhões de euros.

Esta linha, lançada pelo Governo a 15 de Junho de 2009, destina-se a facilitar o acesso ao crédito das micro e pequenas empresas e empresas do sector exportador.

Esta decisão visa atender à ampla procura deste instrumento por aqueles segmentos de empresas, consolidando e reforçando a sua competitividade num momento em que a economia dá sinais de alguma recuperação.

Recorde-se que a linha PME Investe IV, quando destinada ao sector exportador, beneficia de uma garantia de 50% pelo Sistema Nacional de Garantia Mútua, aumentando para 75% no caso das micro e pequenas empresas. Em ambas os casos beneficiam de uma ampla bonificação da taxa de juro.

Até 15 de Setembro, no conjunto das linhas de crédito PME Investe, foram aprovadas mais de 42 mil operações num montante superior a quatro mil milhões de euros, beneficiando empresas responsáveis por mais de 500 mil postos de trabalho.



Fonseca Ferreira, candidato do PS à câmara

“Queremos abrir um novo ciclo de desenvolvimento em Palmela”

“Uma gestão pró-activa, aberta, democrática, mobilizadora de recursos e de todos os palmelenses”, é o que promete Fonseca Ferreira aos munícipes, caso venha a ser eleito presidente da Câmara de Palmela nas eleições de 11 de Outubro. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato do PS afirma ter como objectivo central “abrir um novo ciclo de desenvolvimento” para Palmela baseado “nos recursos existentes” e no aproveitamento das “oportunidades que vão surgir com os grandes investimentos previstos para a península” de Setúbal, apontando “o desleixo e a incompetência” como os principais erros da gestão da CDU na autarquia.



O seu projecto aposta num ciclo de mudança para Palmela. Quais os eixos principais em que assenta o seu programa para essa viragem?

O meu programa para Palmela assenta em três eixos: resolução de carências e atrasos resultantes da gestão acomodada e negligente do Partido Comunista ao longo de 35 anos, como sejam a degradação do centro histórico e do castelo, a construção de variantes à vias rodoviárias que atravessam o concelho, a Vala da Salgueirinha; reorganizar e modernizar os serviços municipais, promovendo a centralização nas juntas de freguesia de vários serviços, no sentido de aproximar os cidadãos da sua autarquia. Finalmente, abrir um novo ciclo de desenvolvimento para Palmela baseado nos recursos existentes e aproveitar as oportunidades que vão surgir com os grandes investimentos previstos para a Península.

“Muda Palmela” é o seu slogan de campanha que aposta fortemente numa presença na Internet e faz das diversas ferramentas e plataformas disponíveis na rede para divulgar as suas ideias. Por-

quê esta aposta?

Hoje as novas tecnologias são o veículo privilegiado para chegar mais rápido às pessoas e transmitir as mensagens em tempo real. O recurso às novas plataformas de informação está de acordo com a modernidade que queremos imprimir à nossa gestão municipal em Palmela.

Na sua opinião, Palmela tem extraordinárias potencialidades de desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, criar riqueza e emprego. Como vai, caso seja eleito, potenciar estes factores de desenvolvimento?

Em primeiro lugar, através da modernização dos serviços municipais e de uma nova governabilidade do concelho, promovendo parcerias entre as entidades públicas municipais, administração central e as entidades privadas, para desenvolver projectos potenciadores de novas actividades económicas e criadores de emprego, em torno do vinho e do queijo, da floresta, do turismo, do cluster automóvel, e das actividades de elevado valor acrescentado com base nas novas tecnologias.

“A despartidarização da câmara que defendo será realizada através da modernização e da introdução de processos de gestão rigorosos e transparentes”

No âmbito da pré campanha tem visitado diversas freguesias do concelho. Quais os objectivos e que balanço faz destes contactos?

Os contactos tiveram como objectivo não só conhecer as pessoas e o terreno, bem como as aspirações das populações face a uma realidade de escassez de recursos. E as carências primárias encontradas são muitas, vão desde aos arruamentos mal projectados ou inexistentes, à deficiente rede viária, ao saneamento. Considero que são carências que já não deveriam existir nos tempos que hoje vivemos e a população do concelho de Palmela sente-se órfã e desprezada pelo seu município.

O peso do pessoal no orçamento da autarquia é muito significativo. Consigo na presidência estarão salvaguardados os postos de trabalho?

Os postos de trabalho de todos os trabalhadores serão salvaguardados certamente.

Defende a despartidarização da Câmara de Palmela. De que forma vai levar a cabo esse objectivo?

A despartidarização que defendo será realizada através da modernização e da introdução de processos de gestão rigorosos e transparentes.

Quais os principais erros que aponta à actual gestão da CDU na autarquia?

Em particular o desleixo e a incompetência.

O que podem esperar os munícipes de Fonseca Ferreira à frente da Câmara de Palmela?

Comigo à frente dos destinos da Câmara podem esperar uma gestão pró-activa, aberta, democrática, mobilizadora de recursos e de todos os palmelenses.

Com que espírito recebeu o apoio incondicional e entusiástico à sua candidatura de figuras relevantes do PS e da democracia como Almeida Santos, Jorge Sampaio, Manuel Alegre, Edmundo Pedro, Manuel Alegre ou João Cravinho?

Obviamente com grande satisfação de ver à volta do meu projecto para Palmela pessoas tão importantes da democracia portuguesa e do país.

Vitorino critica silêncio do PSD sobre as reformas do Governo

O “SILÊNCIO” do PSD sobre as reformas levadas a cabo pelo Governo socialista ao longo da legislatura foi criticado por António Vitorino, que lamentou que o partido liderado por Ferreira Leite tenha perdido a sua vocação reformista. O presidente da Fundação Res Publica falava no dia 18, num hotel do Porto, na sessão de apresentação de um livro da Fundação intitulado “O sentido da mudança políticas públicas em Portugal 2005-2009”, que contou com a presença do secretário-geral do PS, José Sócrates, e do professor universitário Alberto Castro.

Na sua intervenção, o líder do PS disse que ao longo destes quatro anos “nunca se vergou” perante interesses particulares ou corporativos, não vacilando na defesa na defesa do interesse geral.

Num discurso de improviso, José Sócrates defendeu que o Governo do PS “nunca vacilou na defesa do interesse geral e nunca aceitou que nenhuma área da sua administração fosse capturada por algum interesse particular”.

“Cometemos erros certamente, mas nunca o erro de não decidir, não avançar ou de nos vergarmos a interesses particulares ou corporativos”, disse.

Salientando que “um dos desafios das sociedades contemporâneas é conseguir fazer reformas em nome



do povo”, o líder socialista referiu que muitas vezes sentiu que “o Governo era a única entidade que não estava interessada propriamente em federar descontentamentos, mas em defender o interesse geral”.

E salientou ainda que todas as reformas levadas a cabo pelo Governo “foram feitas em nome da sustentabilidade do Estado Social”.

Já o professor Alberto Castro, da Universidade Católica do Porto, elogiou o conceito do livro, nomeadamente a “inovadora cultura de prestação de contas, que lhe está subjacente”. Para Alberto Castro, “se o Governo do PS fosse um conselho de administração, pelos resultados apresentados, merecia ser reconduzido pelos accionistas”.

O livro “O sentido da mudança” que aborda temas como o contributo do Governo PS para o futuro da esquerda democrática, as reformas na educação, a reforma da Segurança Social, a tecnologia, a reforma do sistema político, o Tratado de Lisboa e o futuro da Europa e a política social de combate à pobreza e à exclusão social, entre outros, tem a colaboração de Augusto Santos Silva, Isabel Alçada, Luís Rothes, Fausto Amaro, Carlos Farinha Rodrigues, Glória Rebelo, João Caraça, Manuel Pinto de Mesquita, João Conceição, Manuel Caldeira Cabral, António Dornelas, Maria do Céu Cunha Rego, Fernando Palma, Carlos Gaspar e Pedro Delgado Alves. J.C.C.B.

OPINIÃO



ALBERTO ARONS DE CARVALHO
Deputado na AR

Resta pois aos eleitores uma opção clara: o regresso da direita ou, mesmo discordando de algumas das suas políticas sectoriais, o voto no PS

A CRISE ECONÓMICA E O VOTO DOS PORTUGUESES

O QUE influencia mais os portugueses na escolha do partido em que votam em eleições legislativas? Uma escolha ideológica face aos partidos em presença? Um juízo sobre a acção do Governo cessante? O grau de fiabilidade das alternativas? A capacidade dos candidatos a primeiro-ministro?

É difícil responder a esta questão sobre a motivação das escolhas eleitorais, tanto mais que está em causa um eleitorado bastante heterogéneo, social e culturalmente.

No entanto, analisando a história eleitoral portuguesa desde 1974, parece-me difícil não concluir que a situação económica do país teve sempre uma influência marcante nas opções eleitorais, por mais injusto que isso por vezes seja...

Repare-se no seguinte: em 1975, 1983, 1984, 1993 e 2003, o crescimento do Produto Interno Bruto foi negativo, reflectindo uma crise económica que teve consequências na vida dos portugueses. Uma delas, foi que essas crises deram origem a mudanças de maioria política: em 1976, derrotado o gonzalvismo, consolidou-se um período de hegemonia do PS. Em 1985, iniciou-se o período do cavaquismo, que terminaria em 1995, dois anos depois da crise de 1993. Em 2003, iniciava-se o fim do período de governos PSD/CDS (Durão Barroso e Santana Lopes).

Esta relação causa-efeito parece, desta forma, clara, mas impõe uma outra análise. De facto, a crise de 1975, empolada pelos excessos do gonzalvismo, correspondeu a uma crise da economia mundial: o PIB português desceu 4,3%, muito mais que o europeu (-0,6%). Em 1983/4, a crise era apenas portuguesa, visto que a Europa mantinha uma rota positiva. O mesmo aconteceria em 2003, enquanto em 1993, a crise europeia agravar-se-ia no nosso país (queda de 2,0% contra apenas 0,4 na Europa).

Estes dados não são apenas severos para os governos do Bloco Central (1983-1985) ou da direita (2002-2005). Constituem um tremendo sinal da resposta dos eleitores portugueses aos sinais de crise: quer a crise seja mundial (e logicamente transmitida para Portugal sem culpas para o Governo), quer ela tenha origem em defeitos óbvios da governação (como é o caso da recente experiência PSD/CDS), os eleitores tendem a castigar os governos e a favorecer as oposições.

Portugal atravessa agora a mais severa das crises económicas e financeiras. Mesmo sabendo-se que ela teve origem numa crise mundial e que Portugal está até entre os países que melhor a enfrentaram, a verdade é que as sondagens de opinião e os próprios resultados das eleições europeias demonstram que parte importante do eleitorado parece culpar o Governo pelas consequências da crise mundial.

Ao contrário do que se pensaria há ano e meio atrás – quando, antes da crise internacional e do eclodir do caso Freeport e das mentiras que a propósito dele foram propaladas, o PS parecia ter assegurado uma nova maioria absoluta –, o eleitorado está dividido entre uma nova oportunidade ao PS e a vitória da direita.

Esta é pois a alternativa agora colocada: o PS ou a direita. PCP e BE auto-excluíram-se da governação, refugiando-se no cómodo lugar dos partidos cujas propostas nunca serão confrontadas com a sua eficácia e razoabilidade. Para aqueles que ainda acreditam na miragem desse modelo económico e político, importa recordar os tremendos fracassos das experiências marxistas-leninistas da URSS, da RDA ou da Albânia, de cujos modelos nunca se ouviu, desses partidos, uma crítica consistente ou uma demarcação clara.

Resta pois aos eleitores uma opção clara: o regresso da direita ou, mesmo discordando de algumas das suas políticas sectoriais, o voto no PS.

Sabendo-se o que está em causa – a capacidade para combater uma crise económica e financeira sem precedentes e, ao mesmo tempo, salvaguardar e aprofundar as políticas sociais que este Governo concretizou com tanta determinação – impõe-se a todos os socialistas uma batalha decisiva: convencer o eleitorado a optar pelo projecto político que lhe ofereça maiores garantias nessas matérias tão decisivas para o nosso futuro.

“O TGV não é só uma questão de alta velocidade mas de credibilidade”

SÓCRATES concedeu ao “Diário de Notícias” uma grande entrevista onde discorre sobre os principais problemas da actualidade política nacional em vésperas das eleições legislativas.

Em matéria de Comunicação Social, o secretário-geral dos socialistas não só desmente alegadas pressões como as considera um absurdo, afirmando que ao longo destes últimos quatro anos e meio, o Governo “não fez qualquer espécie de pressões sobre jornalistas”.

Sobre o caso TVI, reafirma nada ter a ver com o assunto, lembrando no entanto que no tempo do Governo de Cavaco Silva, “havia muitas queixas de controlo político”.

A este propósito recordou ainda que este foi o primeiro Governo da democracia a manter durante três anos a mesma Direcção de Informação da RTP nomeada pelo anterior Executivo.

Em relação aos debates televisivos, considera que estes terão constituído momentos altos desta

campanha eleitoral, tendo-a “certamente marcado”.

Afirmando respeitar “todos os adversários de igual modo”, Sócrates diz não ter dúvidas que o facto de “ter obra feita” poderá ajudar à imagem do Governo.

Quanto à tese de que PS e PSD são iguais, José Sócrates diz não concordar com a ideia, desde logo na atitude, porque enquanto “a nossa é de confiança, a do PSD é de negativismo”.

Mas existem também outras diferenças e outras visões políticas em assuntos tão sensíveis como na Saúde, no Ensino ou na Segurança Social.

Quanto ao TVG, o secretário-geral do PS diz que a questão já não é tanto sobre mais ou menos alta velocidade, “mas de uma questão de credibilidade”.

Nesse sentido, o ataque vai certo a Ferreira Leite: “A questão já não é com o TGV, é de credibilidade! Saber se alguém que esteve numa cimeira com outro país e

assinou um documento a dizer que ia fazer quatro linhas por agora, na oposição, dizer que não faz nenhuma e as suspende”.

O país só foi grande, defendeu, “quando teve uma perspectiva universal” e não quando “nos virámos para dentro”. O isolamento “só conduz à decadência, à pobreza e à miséria”.

Em relação a eventuais coligações com os partidos situados à esquerda do PS, José Sócrates considera-as improváveis, questionando peremptório se alguém “acha que quero nacionalizar a EDP ou a GAP”, pedindo por isso que não se confunda a sua posição com os dois partidos à esquerda dos socialistas.

Questionado sobre a possibilidade do PS alcançar uma maioria absoluta, refere que o país enfrenta problemas “muito sérios”, facto que exige, em sua opinião, um Governo “determinado a enfrentar a crise e capaz de avançar com a modernização de Portugal”. R.S.A.

DIA 27 VOTE PS



AVANÇAR PORTUGAL

JUNTOS CONSEGUIMOS